



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 66/2019:

Aprova o Plano Anual de Contingência 2019-2020.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 66/2019

de 2 de Dezembro

Tornando-se necessário aprovar o Plano Anual de Contingência 2019-2020 que serve de base para o processo de mitigação e gestão de desastres, ao abrigo do artigo 12 da Lei n.º 15/2014, de 20 de Junho, que aprova o regime jurídico da gestão das calamidades, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É aprovado o Plano Anual de Contingência 2019-2020, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Novembro de 2019.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Carlos Agostinho do Rosário*.

Plano Anual de Contingência 2019-2020

Sumário Executivo

Moçambique é um dos Países africanos mais vulneráveis aos desastres, devido nomeadamente à sua localização geográfica e nível de pobreza. Nos últimos 40 anos, a elevada frequência, alternância e intensidade de eventos climáticos extremos passou a constituir uma ameaça crescente ao desenvolvimento socioeconómico nacional. Anualmente, cerca de 60 por cento da população e aproximadamente 40 por cento do Produto Interno Bruto fica exposta a dois ou mais eventos extremos.

Ao abrigo do disposto no artigo 12 da Lei n.º 15/2014 (Lei de Gestão de Calamidades), é elaborado anualmente um Plano de Contingência para a mitigação e gestão do risco de desastres que contempla intervenções intersectoriais destinadas a uma rápida resposta e recuperação resiliente pós-desastres.

A previsão climática sazonal para a época 2019-2020 na SADC, divulgada em Agosto de 2019 pelo Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF), foi ajustada para o contexto climatológico de Moçambique e interpretada para a hidrologia, agricultura e Saúde.

Assim, as previsões para o trimestre Outubro/Novembro/Dezembro de 2019 indicam a probabilidade de chuvas normais com tendência para abaixo do normal em toda a extensão das províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, e os distritos a norte da província da Zambézia; chuvas normais para os distritos da parte central da província da Zambézia e a parte sul da província de Tete e chuvas normais com tendência para acima do normal para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, sul da província da Zambézia e grande extensão da província de Tete.

Por seu turno, o trimestre Janeiro/Fevereiro/Março de 2020 poderá registar chuvas normais com tendência para acima do normal nos distritos da parte leste-a-sul de Tete, províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, grande extensão de Sofala, e nos distritos a leste da província de Manica; chuvas normais nos distritos a norte de Cabo Delgado, centro-a-oeste de Tete, a faixa ocidental de Manica; e chuvas normais com tendência para abaixo do normal nos distritos a sul de Manica e Sofala, as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.

O prognóstico hidrológico, para o período Outubro-Novembro-Dezembro de 2019, aponta a possibilidade de um Risco Moderado de Cheias nas Bacias Hidrográficas de Mutamba, Inhanombe, Save, Búzi, Savane, Púngoè, Zambeze, Licungo. Meluli, Mecuburi, Messalo, Megaruma e Montepuez.

No período Janeiro-Fevereiro-Março de 2020, prevê-se: (i) **risco moderado** nas bacias hidrográficas de Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Save, Lúrio, Lugenda, Ligonha e Monapo; (ii) **risco moderado a alto** nas bacias hidrográficas do Búzi, Púngoè, Zambeze, Namacura, Meluli, Mecuburi, Megaruma, Montepuez, e Messalo; e (iii) **risco alto** na bacia hidrográfica do Licungo.

Segundo as previsões climáticas o Sector de Agricultura perspectiva uma campanha agrícola boa, sobretudo nas regiões Centro e Norte.

Assim, para a região Sul, em toda a época (OND-2019 e JFM 2020) em geral espera-se um índice de satisfação das necessidades hídricas baixo à médio e recomenda-se uma monitoria permanente e desenho de plano de intervenção para a 2.ª época agrícola.

Para as regiões Centro e Norte, Espera-se em geral, um índice de satisfação das necessidades hídricas alto, um bom desenvolvimento das culturas e uma antevisão boa da campanha.

Por outro lado, espera-se períodos de irregularidade das chuvas nos distritos semiáridos das regiões Centro e Sul, o que poderá originar stress hídrico e influenciar negativamente nos rendimentos das culturas, principalmente nas sementeiras tardias.

Para os dois períodos e com destaque para o período JFM-2020, espera-se situações **extremas de inundações localizadas** que poderão acontecer com maior impacto nas zonas ribeirinhas e baixas.

A análise das ameaças da época, dos factores de vulnerabilidade e das condições de contenção do risco permitiram construir os seguintes cenários de risco:

Cenário I – Um total de **946 mil pessoas em risco** de serem afectadas por ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas.

Cenário II – Fenómenos do Cenário I (ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas) adicionados a ocorrência de cheias de magnitude alta e ciclones, elevando para **1.618.000** o número de **pessoas em risco**.

Cenário III – Combinação do Cenário II acrescido a ocorrência de sismos, totalizando **1.800.000** o número de **pessoas em risco**.

Com base nas análises técnicas feitas, associadas as experiências dos anos anteriores, chegou-se a conclusão de que o Cenário II é o mais provável de ocorrer no País sem, contudo, descartar a possibilidade de ocorrência do cenário extremo. Outro factor a ter em conta, na época 2019-2020, é a situação da insegurança alimentar e nutricional que está a afectar cerca de **2 milhões** de pessoas que necessitam de assistência imediata para fortalecer a sua capacidade de resiliência.

O orçamento global projectado para o Cenário II do Plano presente de Contingência é de cerca de **2.1 mil milhões de meticais**. A luz do Decreto que cria o **Fundo de Gestão de Calamidades e que fixa 0,1% do Orçamento o Estado, está projectada a alocação de pelo menos 300 milhões de Meticais**, como contribuição do Governo, para operacionalização do Plano de Contingência 2019/2020. Adicionalmente, o **Banco Mundial**, no âmbito do projecto de Gestão do Risco de Desastres e Resiliência, **dispõe de 540 milhões** de meticais para 2020, **elevando para 840 milhões de meticais os fundos disponíveis para o presente Plano de Contingência**.

Tendo em conta que a resposta aos eventos previstos no Cenário II vai custar cerca 2.2 mil milhões de meticais, há défice de 1.2 mil milhões meticais que deverão ser mobilizados junto dos parceiros de cooperação.

1. Introdução

O Plano Anual de Contingência é o documento oficial do Governo de Moçambique que serve de base para o processo de coordenação, resposta e gestão de eventos extremos, sendo os mais frequentes as cheias, ciclones, epidemias e secas. Este documento é elaborado anualmente pelo Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)¹, com o envolvimento da Equipa Humanitária Nacional (HCT)². Os pressupostos para a elaboração do Plano de Contingência são: o balanço da época chuvosa anterior, a previsão climática sazonal³ e a sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde.

O Plano de Contingência (PC) para a época 2019-2020 tem como objectivos Reduzir a perda de vidas humanas e destruição de infraestruturas vitais em Moçambique, assim como assegurar a rápida assistência humanitária e a normalização da vida dos afectados pelos eventos extremos. Neste sentido, este PC destaca os seguintes aspectos:

- Principais ameaças susceptíveis de causar situações de emergência;
- Zonas de risco e possíveis impactos;
- Actividades sectoriais de prontidão, resposta e recuperação;
- Recursos disponíveis e necessários para a resposta e gestão de desastres.

O Plano de Contingência é elaborado em moldes descentralizado a partir de dados colhidos e sistematizados a nível distrital e provincial. A globalização dos dados é feita pelo Conselho Técnico de Gestão de Calamidades, nível central, num processo que culmina com a sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

2. Balanço da Época Chuvosa 2018/2019

2.1 Situação Meteorológica na época 2018/2019

A queda de chuvas no País, entre os meses de Outubro e Dezembro de 2018, esteve próximo do normal climatológico, exceptuando as províncias da região sul e parte da província de Manica, onde a precipitação esteve abaixo do normal. As províncias de Nampula e Cabo Delgado, registaram uma precipitação acima do normal nesse período.

No trimestre JFM de 2019, o País registou precipitação normal, excepto parte da província de Cabo delgado, pequena parte (central) da província de Nampula e faixa costeira da província de Maputo, que teve o registo de chuvas acima do normal. Grande parte das províncias de Gaza e Tete tiveram chuvas abaixo do normal climatológico.

A actividade ciclónica durante a época chuvosa 2018/2019 na bacia do sudoeste do oceano Índico, foi marcada pela formação de 15 sistemas tropicais (Depressões e Ciclones) dos quais três (DESMOND, IDAI e KENETH) formaram-se no Canal de Moçambique e atingiram a costa moçambicana, tendo

¹ Integram o CTGC sectores ou instituições do Governo ligadas a prevenção, gestão e redução do risco de desastres

² A HCT é constituída pelas Agências do Sistema das Nações Unidas e Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área de redução do Risco de Desastres.

³ A previsão Climática Sazonal é feita anualmente em Agosto pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) e mostra a provável distribuição espacial da quantidade e queda de chuvas na SADC entre os meses de Outubro e Março.

afectado as províncias de Sofala e Zambézia (DESMOND), Inhambane, Sofala, Tete, Manica e Zambézia (IDAI), Cabo Delgado e Nampula (KENNETH).

2.2 Avaliação do Ano Hidrológico 2018/2019

No trimestre JFM2019 as bacias das regiões Centro e Norte registaram incremento causando inundações de Magnitude **Moderada** à **Alta** nas bacias hidrográficas do Save, Licungo, Namacura, Meluli, Mecuburi, Messalo e Megaruma e de Magnitude **Alta** nas bacias hidrográficas do Búzi, Púngoè, Savane e Revubue (Sub-bacia do Zambeze). No mesmo período foram registadas inundações urbanas de Magnitude **Moderada** à **Alta** nas cidades de Beira, Quelimane, Pemba, Vilas do Búzi e Nhamatanda. Igualmente registou-se erosão nas cidades de Pemba, Nampula e Nacala.

As principais albufeiras das regiões Centro e Norte registaram um incremento significativo do volume de enchimento, com destaque para a barragem de Nampula que atingiu 100% de enchimento. Entretanto, as albufeiras da região Sul, nomeadamente Pequenos Libombos, Corumana e Massingir registaram baixo volume de enchimento devido a fraca afluência, e terminaram a época chuvosa com um nível inferior a 50%.

2.3 Avaliação Geral da Campanha Agrícola 2018/19

Na campanha agrícola 2018/2019 o impacto dos efeitos combinados de estiagem, pragas, inundações afectaram 71 distritos, 496.101 famílias e aproximadamente 813.000 hectares de culturas diversas, com destaque para o milho, feijões e hortícolas diversas e causaram a morte de 5.428 bovinos, 10.305 pequenos ruminantes, e 3.191 suínos.

Na região Sul, as províncias de Maputo e Gaza, devido a irregularidade das chuvas ficaram afectados 125.855 ha e mais de 60.613 famílias.

Na região Centro e Norte, pela passagem do ciclone IDAI e tempestade Desmond, ficaram assoladas cinco (5) províncias nomeadamente, Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia onde mais de 433.056 famílias foram afectadas, e cerca de 684.171 ha de culturas diversa perdidas. As províncias mais afectadas foram Manica e Sofala, representando cerca de 84% das perdas e prejuízos do sector agrícola das áreas afectadas.

2.4 Impacto dos fenómenos ocorridos na época chuvosa 2018/2019

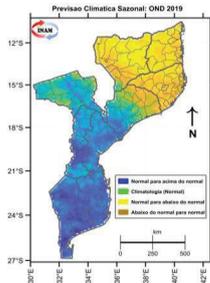
Na sequência dos fenómenos registados na época passada, pelo menos 714 pessoas perderam a vida na sua maioria devido a ocorrência do ciclone Idai, e um total de **2.855.000 pessoas** ficaram afectadas. Foram registada a destruição de habitações, infraestruturas sociais com maior incidência para as vias de acesso, sobretudo nas zonas afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth.

Em resposta a situação calamitosa causada pelos ciclones Idai e Kenneth, o Governo aprovou um Plano de Reconstrução e por vários constrangimentos a presente época chuvosa inicia antes do arranque das acções previstas no referido plano.

3. Previsão Climática Sazonal 2019/2020

3.1 Antevisão da precipitação para o período de outubro 2019 à março 2020

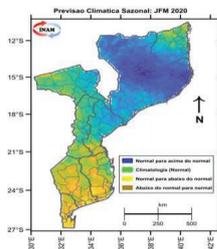
O Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) prognostica para o período OND 2019 uma maior probabilidade de ocorrência de:



- i)* **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal** - Chuvas normais com tendência para abaixo do normal em toda a extensão das províncias de Cabo Delgado e Nampula, Niassa e os distritos a norte da província da Zambézia;
- ii)* **Chuvas normais:** para os distritos da parte central da província da Zambézia e a parte sul da província de Tete e;
- iii)* **Chuvas normais com tendência para acima do normal:** para as províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, centro a sul da província da Zambézia e grande extensão da província de Tete.

Mapa 1: Previsão da precipitação para o período OND 2019.

Para o período JFM de 2020, o INAM prevê maior probabilidade de ocorrência de:



- i)* **Chuvas normais com tendência para acima do normal:** para os distritos da parte leste-a-sul de Tete, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, grande extensão de Sofala, e os distritos a leste da província de Manica;
- ii)* **Chuvas normais:** para os distritos a norte de Cabo Delgado, centro-a-oeste de Tete e a faixa ocidental de Manica e;
- iii)* **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal:** para os distritos a sul de Manica e Sofala, as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.

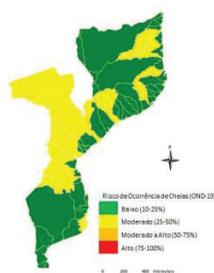
Mapa 2: Previsão da precipitação para JFM 2020.

3.2. Previsão Hidrológica

3.2.1. Análise de Risco de Cheias nas Bacias Hidrográficas

Para a elaboração da previsão hidrológica foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) Interpretação quantitativa das previsões do SARCOF e INAM;
- (ii) Índice de humidade do solo;
- (iii) Nível de enchimento das albufeiras nacionais e dos países a montante; e
- (iv) Nível de vulnerabilidade das bacias em relação as medidas de defesa.

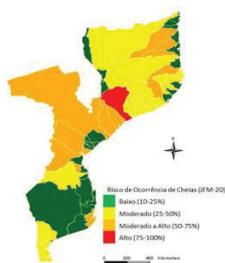


No período de OND 2020, prevê-se:

1. **Baixo** - Bacias Hidrográficas do: Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Inharrime, Govuro, Ligonha, Lúrio, Rovuma.
2. **Moderado** - Bacias Hidrográficas do: Mutamba, Inhanombe, Save, Búzi, Savane, Púngoè, Zambeze, Licungo. Meluli, Mecuburi, Messalo, Megaruma e Montepuez.

Mapa 3: Previsão Hidrológica OND 2019

No Período de JFM 2020, prevê-se:



Baixo - Bacias Hidrográficas do: Limpopo, Inharrime, Govuro e Bacias Costeiras da Província de Cabo Delgado.

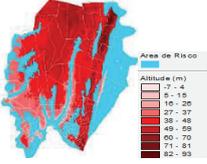
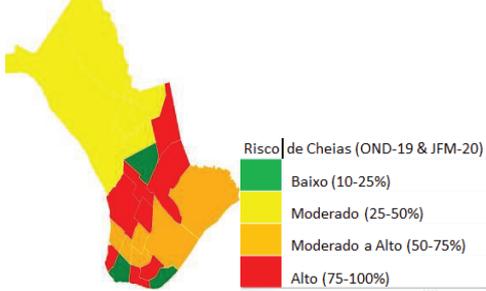
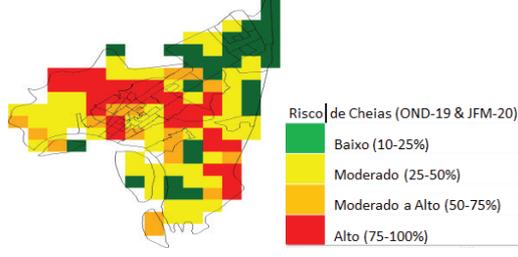
Moderado - Bacias Hidrográficas do: Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Save, Lúrio, Lugenda, Ligonha e Monapo.

Alto - Bacias Hidrográficas do Licungo.

Mapa 4: Previsão Hidrológica OND 2019

3.2.2 Análise de riscos de cheias Urbanas

Relativamente as cidades e vilas que poderão sofrer inundações urbanas em consequência de chuvas acima do normal que se esperam para os períodos OND2019 e JFM2020, há que destacar os bairros urbanos da cidade de Maputo, Matola, Beira e Quelimane, conforme ilustram os mapas abaixo.

Cidade	Risco Moderato Alto	Risco Alto
<p>Maputo/Matola</p> 	<p>Bairros 25 de Junho A, Acordos de Lusaka, Machava A, Matola Gare, Ndlavela, Patricio Lumumba, S. Damanso, Singatela, Trevo, Tsalala, Unidade D, Vale de Infulene</p>	<p>Matola A, J, H, e D, Fomento, Liberdade, Luís Cabral, Chamanculo C& B, Xipamanine, Aeroporto A&B, Munhuana, Mafalala, Urbanização, Costa do Sol, Mutanhana, Magoanine, Bairro Central (Av. 25 de Setembro), Bunhiça e Nkobe</p>
<p>Beira</p> 	<p>Bairros dos Pioneiros, Matacuane, Mananga, Chota, Muhave e Esturro</p>	<p>Bairros de: Induda, Manga Mascarrenha, Vaz, Munhava, Macurrungo, Chipangara, Chaimite e Maraza.</p>
	<p>Bairros de: Icidua, 7 de Abril, Floresta</p>	<p>Bairros de: Aeroporto, Santágua, Cansa, Samugue, Manhaua, Brandão, Mincajuine, Vila Pita e Torrone.</p>

Além das cidades acima referidos, há risco de ocorrência de inundações urbanas nas vilas e cidades constantes da tabela 1.

Tabela 1: Regiões Vulneráveis as Inundações

REGIÕES	SUL	CENTRO	NORTE
Vilas e Cidades vulneráveis a inundações	Xai-Xai	Zumbo	Larde
	Chókwe	Mutarara	Liupo
	Xinavane	Beira	Cuamba
	Ilha Josina Machel	Quelimane	Lichinga
	Vila de Boane	Dondo	Pemba
	Cidade de Inhambane	Búzi	Montepuez
	Nova Mambone	Marromeu	M. Praia
	Cidade de Chimoio	Caia	
		Machanga	
	Mopeia		
	Morrumbala		
	Maganja da Costa		

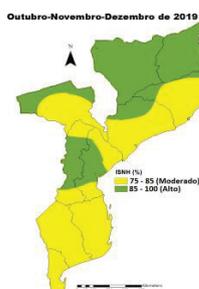
3.3. Interpretação da Previsão da Época Chuvosa 2019/2020 na Agricultura

Para a elaboração do cenário agrícola, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Interpretação quantitativa da previsão climática sazonal do INAM;
- Dados históricos da precipitação acumulada de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março;
- Dados históricos da Evapotranspiração Potencial (ETP) acumulada para iguais períodos; e
- Décadas de sementeiras.

Para o período OND 2019, prevê-se:

i) Índice de Satisfação Hídrica das Culturas (ISNH) –



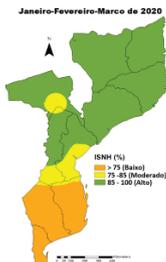
Região Norte: Províncias de Niassa e Cabo Delgado espera-se ISNH alto (85 à 100%) e na província de Nampula, ISNH moderado (75 à 85 %).

Região Centro: Nas províncias de Manica, Sofala, planalto de Tete e planalto da Zambézia, espera-se ISNH alto (85 à 100%). Na maioria dos distritos da Zambézia e em distritos semiáridos das províncias de Tete, Sofala e Manica espera-se ISNH moderado (75 à 85%).

Região Sul: Nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, espera-se ISNH moderado (75 à 85%).

Mapa 5: índice de Satisfacao Hidrica das Culturas

Período de Janeiro-Fevereiro-Março (JFM-2020)



Região Norte: Nas províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado espera-se o ISNH alto (85 à 100%).

Região Centro: Em geral, nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia espera-se ISNH alto (85 à 100%), com exceção dos distritos ao sul das províncias de Tete, Manica e Sofala onde se espera ISNH moderado (75 a 85%).

Região Sul: Em geral nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, espera-se o ISNH baixo (>70).

Mapa 6: Previsão de ISNH JFM 2020

3.3.1 Recomendações Agrotécnicas a serem observadas

- Disseminar o prognóstico e suas recomendações agrotécnicas em todas as províncias e distritos usando canais múltiplos;
- Sensibilizar os produtores a produzir tendo em conta o comportamento da época chuvosa prevista e as recomendações agrotécnicas elaboradas para as diferentes regiões do país;
- Sensibilizar os provedores de factores de produção para a disponibilização atempada aos produtores de insumos (utensílios, enxadas, maquinarias, sementes certificadas, fertilizantes, pesticidas, fármacos, entre outros); Orientar e incentivar os produtores para produzir sementes localmente;
- Garantir a assistência técnica aos produtores e transferir tecnologias de baixo custo
- Monitorar as zonas de maior risco de eclosão das pragas migratórias e doenças. Assegurar a disponibilidade atempada de pesticidas para o controle sustentável destas e realizar prospeções;
- Treinar os produtores em técnicas de conservação das pastagens (feno) e produção de blocos nutricionais.
- Fazer a manutenção das infraestruturas de tratamento e abeberamento do gado.
- Garantir a disponibilização das vacinas, drogas e suplementos para os animais em tempo útil;
- Sensibilizar os produtores para o uso e aproveitamento integral de sistemas de regadio e aproveitamento das baixas para produção de culturas de ciclo curto.
- Garantir a limpeza das valas de drenagem e uso de tecnologias de captação e conservação de água;
- Disponibilizar informação sobre crédito com taxas de juros baixas e bonificadas;
- Disponibilizar informação sobre mercados e unidades de agro-processamento.

3.4 Interpretação da previsão da época chuvosa 2019/2020 na Saúde

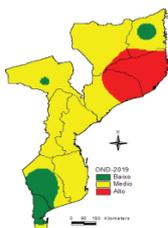
Considerando a ocorrência de inundações em algumas regiões do país, emerge a preocupação dos efeitos sobre a saúde da população, o ambiente, e os serviços de saúde. Entre os principais impactos à saúde destacam-se:

- Aumento súbito do número de óbitos;
- Ocorrência de traumatismos, afogamentos e outros problemas de saúde que excedem a capacidade de resposta dos serviços locais de saúde;
- Dano ou destruição da infraestrutura física e de funcionamento dos serviços de saúde, incluindo os arquivos, com consequente perda de dados e de informações;
- Impacto nos recursos humanos comprometendo o funcionamento dos serviços;
- Destruição do sistema de abastecimento de água, do sistema de drenagem entre outros, com consequente interrupção na distribuição de água, e aumento do risco de contaminação da água e dos alimentos por micro-organismos;
- Aumento da ocorrência de doenças infecciosas (respiratórias, de transmissão hídrica e de origem alimentar) e agravamento das doenças crônicas, assim como o surgimento de transtornos mentais principalmente quando ocorrem perdas familiares, econômicas, materiais ou quando há necessidade de ir para centros de acomodação;
- Escassez de alimentos, podendo ocasionar problemas nutricionais, especialmente nos casos de inundações prolongadas.

3.4.1. Impacto na saúde- Previsão de ocorrência de casos de malária no país

Para a elaboração do risco de casos de malária, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Interpretação quantitativa da previsão climática sazonal do INAM;
- Dados de precipitação acumulada de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março (período de 2000 a 2018);
- Dados de casos de malária agregados pelos trimestres de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março (período de 2000 a 2018).

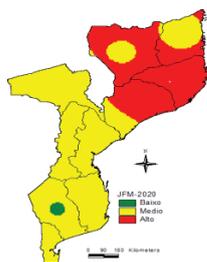


Tomando em consideração os pressupostos, para o período **OND 2019** espera-se:

- **Alto risco de ocorrência de casos de malária** nas províncias da região centro e norte, principalmente no litoral de Zambézia e toda a extensão da província de Nampula.
- **Risco moderado de casos de malária**, na região sul e centro, excluindo as províncias de Maputo, Gaza e região central da província de Cabo Delgado.
- **Baixo risco de ocorrência de casos de malária**, nas províncias de Maputo, Gaza e região central das províncias de Tete e Cabo Delgado.

Mapa 7: Risco de casos de Malária no período OND.

Para o período **JFM 2020**, prevê-se:



- **Alto risco** de ocorrência de casos de malária nas províncias de Zambézia e Nampula, principalmente ao nível da região costeira;
- **Risco moderado** de casos de malária, em todo o país, do sul ao norte do país, principalmente nas províncias do oeste.
 - **Baixo risco** de ocorrência de casos de malária na região sul principalmente na província de Gaza.

Mapa 8: Risco de casos de Malária no período JFM 2019.

3.4.2 Previsão de Ocorrência de Casos de Diarreias no País

Para a análise do risco de cólera foram considerados os seguintes pressupostos:

- Dados nacionais referentes aos casos de cólera registados nos últimos cinco anos (2013-2018);
- Dados de casos de cólera agregados e cumulativos dos trimestres OND e JFM durante o período de 2013-2018.

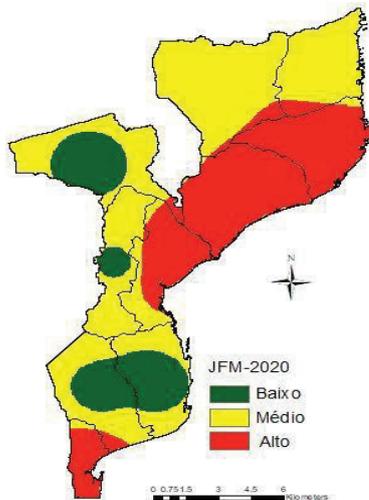
Tomando em consideração os pressupostos, para o período **OND 2019** espera-se:



- **Alto risco de ocorrência de casos de diarreias** na província e cidade de Maputo.
- **Risco moderado de casos de diarreias**, na região sul, centro e norte nomeadamente na zona sul das províncias de Gaza e Inhambane e zona oeste de Tete e noroeste de Niassa.
- **Baixo risco de ocorrência de casos de diarreias**, na região sul estendendo-se até a região centro e norte.

Mapa 9: Risco de Ocorrência de Diarreias OND

Para o período **JFM 2020** espera-se:



Mapa 10: Risco de Ocorrência de Diarreias JFM

- **Alto risco de ocorrência de casos de diarreias** nas províncias da região centro-norte, principalmente em Sofala, Zambézia e Nampula e também na província e cidade de Maputo.
- **Risco moderado de casos de diarreias**, em quase todo o país, abrangendo a região sul a norte no oeste do país e províncias de Niassa e Cabo Delgado.
- **Baixo risco de ocorrência de casos de diarreias na região central** das províncias de Tete, Manica, Gaza e Inhambane.

4. Análise do Risco de Calamidades

A análise de risco feita no presente plano de contingência respeita a definição clássica do risco⁴.

4.1 Principais Ameaças

A previsão climática sazonal para a época chuvosa e ciclónica 2019/2020 indica que, no geral, há uma tendência para a ocorrência de chuvas normais para acima do normal para a região sul e uma grande extensão da região centro com excepção da parte norte da província da Zambézia, enquanto que a região Norte poderá registar períodos de chuvas normais com tendência para abaixo do normal entre Outubro e Dezembro de 2019. Para os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2020, as previsões indicam a ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal, em toda a região Norte e uma grande parte da região Centro do país com excepção da região Sul das províncias de Sofala e Manica, enquanto que a região Sul poderá registar chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

As chuvas previstas poderão resultar em risco moderado a alto de *cheias e inundações* no país. Entre Outubro e Dezembro de 2019 prevê-se risco baixo de inundações para a região sul das bacias do Maputo, Umbelúzi, Incomati, Limpopo e Govuro, enquanto que nas bacias de Mutamba e Nhanombe se prevê risco moderado. Na região Centro do país prevê-se risco moderado de inundações nas bacias do Save, Búzi, Púngoè, Zambeze e Licungo, enquanto que na região Norte, no geral, prevê-se risco baixo de inundações com excepção das bacias do Meluli, Mecuburi, Megaruma, Montepuez e Messalo aonde se prevê risco moderado de inundações.

⁴ A combinação da probabilidade da ocorrência de um evento extremo e o impacto associado a esse evento, tendo em conta elementos de vulnerabilidade e exposição.

Por outro lado, para o período JFM de 2020, prevê-se risco baixo de inundação nas bacias do Limpopo e Govuro na região Sul e nas bacias costeiras de Cabo Delgado; risco moderado nas bacias de Maputo, Umbelúzi, Incomáti e Save na região Sul; Raraga, Melela, Molócue, Ligonha, Lúrio, e Rovuma nas regiões Centro e Norte; risco moderado a alto nas bacias de Mutamba e Nhanombe na região Sul, Búzi, Púngoè, Zambeze e Namacurra na região Centro e Meluli, Mecuburi, Megaruma, Montepuez e Messalo na região Norte. Ainda neste período prevê-se risco alto de inundações na bacia do Licungo na região Centro. Prevê-se ainda risco alto de cheias urbanas em algumas cidades importantes como Maputo, Matola, Beira e Quelimane.

Segundo a Previsão Climática para a Estação Chuvosa 2019-2020 e sua interpretação para Agricultura, perspectiva-se uma **boa** Campanha Agrícola, sobretudo **nas regiões Centro e Norte**. Contudo, espera-se no período OND, irregularidade das chuvas nos distritos semiáridos das regiões Centro e Sul, o que poderá originar *stress hídrico* e influenciar negativamente nos rendimentos das culturas, principalmente nas sementeiras tardias. Por outro lado, no segundo período JFM, espera-se situações **extremas de inundações localizadas** que poderão acontecer com maior impacto nas zonas ribeirinhas e baixas, podendo afectar negativamente a produção agrícola nessas zonas.

O aquecimento das águas superficiais do Oceano Índico poderá contribuir para a formação de **depressões e ciclones tropicais** com algum impacto sobre os distritos costeiros e do interior, incluindo cidades e vilas. Igualmente, devido aos sistemas de baixas pressões de origem térmica na região Austral e Central de África, há probabilidade de ocorrência de **vendavais e trovoadas**.

O País deverá estar preparado para responder a prováveis situações de **epidemias** (malária, doenças diarreicas, cólera), deslocados internos devido a combinação de fenómenos naturais extremos (**cheias, ciclones, sismos**) bem como surto de pragas (lagarta do funil do milho), que podem comprometer a produção agrícola em algumas zonas do País.

4.2 Factores de Vulnerabilidade

A vulnerabilidade do País aos desastres resulta dos seguintes factores: (i) sua localização à jusante de nove rios internacionais; (ii) a existência de zonas áridas e semiáridas; (iii) a longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade; (iv) a extensa zona costeira que sofre a influência de depressões e ciclones tropicais e a existência de zonas sísmicas activas.

No geral, a vulnerabilidade do país aos perigos naturais deve-se, aos seguintes aspectos:

- O incremento da frequência e intensidade de eventos extremos como resultado do aquecimento global e das mudanças climáticas;
- A fraca implementação sistemática de medidas estruturais e não estruturais críticas de redução de risco de desastres;
- A fraca capacidade institucional de prontidão, resposta e rápida recuperação pós emergências especialmente quando os eventos ocorrem simultaneamente em diferentes locais;
- A existência de pelo menos 66 novos bairros de reassentamento com cerca de 80 mil pessoas vivendo em abrigos temporários;
- A existência de infraestruturas críticas não resilientes nas zonas de elevado risco de desastres;

- A existência de assentamentos humanos informais em zonas de risco;
- A ocupação das zonas de risco sem consideração das medidas estruturais de redução de risco e incremento da resiliência;
- A fraca capacidade institucional para garantir aplicação das leis e políticas referentes ao planeamento físico e ordenamento territorial resultando na ocupação massiva e desordenada das zonas de risco;
- A insuficiência de infraestruturas hidráulicas para a regulação dos caudais dos rios;
- A fraca capacidade do país para a manutenção de diques de protecção;
- A inexistência ou deficiente funcionamento de sistemas de escoamento das águas pluviais e residuais;
- A deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem e deficiente limpeza das mesmas.

A vulnerabilidade do sector de infraestruturas merece uma atenção especial devido ao impacto significativo que este sector tem ciclicamente registado, calculado em termos de danos cumulativos e custo de reconstrução.

4.3 Factores de Contenção

A necessidade de adopção de medidas de redução de risco de desastres em Moçambique é contextual e de carácter socioeconómico imperativo devido aos múltiplos e recorrentes choques que afectam o país, por um lado. Por outro, a integração de medidas de gestão e redução de risco de desastres nas principais políticas públicas como o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 e o Plano Director para Redução do Risco de Desastres 2017-2030 refletem os avanços e firmeza do Governo nesta direcção.

De entre as medidas e acções realizadas pelo Governo e parceiros de cooperação que contribuem para a redução da vulnerabilidade, destacam-se as seguintes:

- Disponibilizadas plataformas móveis para a travessia de pessoas e bens materiais/equipamentos em caso de corte e interrupções de vias de acesso devido a ocorrência de chuvas intensas ou cheias;
- Abertos 3 furos de água positivos em Chigubo e 2 em Chibuto;
- Abertos 4 reservatórios escavados em Matutuine;
- Implementado o programa de reassentamento nas zonas seguras das Bacias Hidrográficas com maior riscos de inundação do País e outros assentamentos humanos propensos a inundações.
- Operacionalizada a rede de estações do sistema de aviso de cheias, sendo 30 pluviométricas e 33 hidrométricas para a monitoria hidrológica.
- Operacionalizado um Sistema de Aviso de cheias, baseado nas comunidades, que abarca 30 estações hidro-meteorológicas em 5 bacias hidrográficas (Limpopo, Save, Buzi, Licungo e Messalo) e que é gerido por 127 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades,

- Operacionalização de 100 rádios comunitárias que usam línguas locais para a divulgação de mensagens sobre as medidas preventivas e informações sobre a ocorrência de eventos extremos;
- Criado o Programa de Apoio Social Directo Pós Emergência (PASD-PE) que visa reforçar a capacidade de resiliência das comunidades afectadas pelas calamidades no período pós-emergência
- Capacitação contínua das comunidades através da criação e revitalização de Comités Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) em locais considerados mais propensos a eventos extremos;
- Fortalecidos sistemas de gestão de informação e comunicação, como por exemplo com a introdução do sistema de comunicação *Data Win*.
- Disponibilidade de veículos aéreos não tripulados, drones, usados para avaliação rápida do impacto do desastre assim como mapeamento de áreas em risco;
- Realizadas actividades de controlo de foco de infecção de cólera;
- Realizadas campanhas de vacinação contra a cólera em 2 rondas, com uma vacina oral, nos distritos afectados para indivíduos com maiores de 1 ano de idade, com o objectivo de eliminar a cadeia transmissão, com uma cobertura global de 94% em Sofala e 89,2% em Cabo Delgado.
- Realizadas campanhas de saúde e nutrição para rastreio de crianças com desnutrição aguda, suplementação com Vitamina A , desparasitação, vacinação e tratamento das doenças mais frequentes na infância

4.4 Cenários

A definição dos cenários no presente Plano Nacional de Contingência tomou em consideração a multiplicidade de fenómenos de provável ocorrência durante a presente época chuvosa e ciclónica nomeadamente cheias, secas, ciclones, epidemias, vendavais e sismos. Além disso, existe o reconhecimento de que os eventos para cada cenário poderão ocorrer em simultâneo, portanto, há necessidade de racionalizar os recursos disponíveis de modo a garantir a intervenção atempada e apropriada.

O objectivo principal na definição dos cenários é de estimar a população em risco considerando os seguintes pressupostos: (i) o comportamento da época chuvosa e ciclónica passada e a avaliação do impacto, (ii) as previsões hidro-meteorológicas e da agricultura, (iii) os factores de vulnerabilidade existentes, (iv) os factores de contenção existentes, e (v) o levantamento da população em risco realizado pelas províncias.

Com base nos pressupostos acima mencionados, estão previstos neste plano três cenários para grupos específicos de fenómenos que poderão ocorrer, tendo como principal foco o seu impacto sobre as populações e o tipo de resposta a ser prestada pelo Governo e seus parceiros de cooperação.

4.4.1 Cenário I

O Cenário I é composto por ameaças de pequena magnitude, embora sejam localizadas, têm efeitos destrutivos nas camadas populacionais mais vulneráveis. Neste cenário incluem-se os (i) *Ventos Fortes*, (ii) *Inundações localizadas nas Vilas e Cidades* e (iii) *a Seca*.

Em todo país poderão acontecer situações de ocorrência de ventos fortes, sistemas causados pelo forte aquecimento no continente, criando uma forte actividade convectiva e ocorrência de ventos fortes, acompanhados de trovoadas severas (descargas atmosféricas), aguaceiros e queda de granizo. Estes fenómenos são de curta duração e muito localizados, mas com alto poder destrutivo.

Todas as Províncias do País são susceptíveis à ocorrência dos eventos acima descritos. A Província de Manica tem um histórico de ocorrência de vendavais, por esta razão ela destaca-se pelo maior número de população em risco de vendavais.

As cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane poderão registar inundações urbanas devido a previsão de chuva intensa num curto período de tempo, associada ao deficiente ordenamento urbano em alguns bairros e a fraca capacidade de escoamento das águas pluviais através do sistema de drenagem, e em alguns casos, a inexistência de infraestruturas para escoamento das águas pluviais.

Igualmente, espera-se a ocorrência de estiagem/stress hídrico, sobretudo nas regiões Sul e Centro do País, causados pelo atraso, irregularidade e má distribuição das chuvas durante a época chuvosa em análise, o que poderá afectar as diferentes fases de desenvolvimento vegetativo das culturas, comprometendo os níveis de produção planificados.

Neste contexto, estima-se que cerca de 946 000 pessoas possam estar em risco caso ocorram ventos fortes, inundações e seca (ver tabela 2).

Tabela 2: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário I

	População em Risco			Total do Cenário I
	Ventos e chuvas fortes e Vendavais	Inundações (Cidades e Vilas)	Seca	
Niassa	4 900	2 600	0	7 500
Cabo Delgado	29 400	5 400	0	34 800
Nampula	19 900	12 900	0	32 800
Zambézia	21 100	11 100	34 000	66 200
Tete	3 300	500	169 600	173 400
Manica	34 900	0	44 600	79 500
Sofala	22 600	54 700	22 500	99 800
Inhambane	3 500	3 000	66 500	73 000
Gaza	23 500	8 300	238 100	269 900
Maputo Província	12 900	7 100	51 600	71 600
Maputo Cidade	5 800	31 400	0	37 200
Total	181 800	137 000	626 900	945 700

4.4.2 Cenário II

O Cenário II do Plano Nacional de Contingência resulta da combinação de todas as ameaças arroladas no Cenário I (ventos fortes, inundações localizadas nas Vilas e Cidades e Seca) adicionadas ao risco de cheias nas bacias hidrográficas e de ciclones. Neste cenário estima-se que cerca de 1 600 000 pessoas estejam em risco dos fenômenos descritos neste cenário, das quais, 280 000 em risco de cheias e 400 000 pessoas em risco de ciclones – (Tabela 5).

As províncias de Gaza, Maputo e Cidade de Maputo têm o risco baixo de ocorrência de ciclones tropicais por se localizarem numa região subtropical. Os números foram estimados usando a probabilidade de ocorrência de um ciclone extratropical.

A bacia hidrográfica Licungo na Zambézia, apresenta uma maior probabilidade de ocorrência de cheias. Para o caso de Licungo, foi capitalizado o trabalho de mapeamento com recurso a Drones, levado a cabo pelo INGC no decurso de 2019. **Ver tabela 3.**

Tabela 3: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário II

Províncias	População em Risco			
	Total do Cenário I	Risco de Cheias	Risco de Ciclones	Total do Cenário II
Niassa	7 500	3 900	0	11 400
Cabo Delgado	34 800	15 400	28 200	78 400
Nampula	32 800	59 300	138 100	230 200
Zambézia	66 200	88 000	119 900	274 100
Tete	173 400	10 400	0	183 800
Manica	79 500	11 400	500	91 400
Sofala	99 800	73 200	58 600	231 600
Inhambane	73 000	4 700	33 200	110 900
Gaza	269 900	2 200	3 400	275 500
Maputo Província	71 600	7 800	6 400	85 800
Maputo Cidade	37 200	0	7 700	44 900
Total	945 700	276 300	396 000	1 618 000

4.4.3 Cenário III

O terceiro cenário (Cenário III) é o resultado da combinação do cenário II acrescido da probabilidade de ocorrência de sismos. Pelo que, neste cenário estima-se que cerca de **1.800.000 pessoas** poderão estar em risco, das quais cerca de **206 000** em risco de sismos - **Ver tabela 6.** A análise do risco de sismo foi elaborada com base no histórico de eventos sísmicos registados em Moçambique e nos países vizinhos, mapa de áreas de risco de sismo, mapa de intensidade sísmica e de falhas geológicas de Moçambique. Deste modo usou se como referência o sismo de magnitude 7.2 na Escala de Richter, que ocorreu aos 22 de Fevereiro de 2006, cujo epicentro foi em Chitobe, Distrito de Machaze, na Província de Manica.

Tabela 4: Províncias e Populações Vulneráveis as Calamidades do Cenário III

Província	População em Risco		
	Total do Cenário II	Sismos	Total do Cenário III
Niassa	11 400	9 800	21 200
Cabo Delgado	78 400	4 600	83 000
Nampula	230 200	20 100	250 300
Zambézia	274 100	7 600	281 700
Tete	183 800	11 900	195 700
Manica	91 400	17 300	108 700
Sofala	231 600	23 200	254 800
Inhambane	110 900	15 600	126 500
Gaza	275 500	2 700	278 200
Maputo Província	85 800	16 100	101 900
Maputo Cidade	44 900	77 100	122 000
Total	1 618 000	206 000	1 824 000

4.5. Provável impacto no sector da Educação

Tendo em conta as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2019/20, o sector da Educação, prevê danos em cerca de **3.700 escolas** em risco e cerca de **1.1 milhão de alunos**. Nestes locais, caso se efectivem os desastres, poderá ser necessária assistência em materiais e equipamentos escolares tais como: tenda escola, kits do aluno e do professor e quadros portáteis (ver Tabela 5).

Tabela 5: Provável impacto no sector da Educação

Província	Escolas e Salas em Risco		População em Risco	
	Escolas	Salas	Alunos	Professores
Cidade Maputo	3	40	5 686	91
Maputo Província	15	204	75 113	822
Gaza	639	3 810	279 602	6 020
Inhambane	747	4 024	169 290	2 259
Sofala	425	1 441	158 718	2 915
Manica	314	1 360	93 246	2 367
Tete	216	432	67 573	1 536
Zambézia	611	1 235	61 750	645
Nampula	509	2 153	146 765	4 182
Cabo-Delgado	102	606	49 438	1 139
Niassa	146	372	18 600	533
Total	3 727	15 677	1 125 781	22 509

4.6 Provável Impacto no Sector da Agricultura e Segurança Alimentar

Segundo o prognóstico da estação chuvosa e sua interpretação para agricultura, espera-se, no geral uma boa campanha agrícola, apesar de que no primeiro período chuvoso (OND – 2019), possa ocorrer irregularidade das chuvas nos distritos áridos e semiáridos das regiões Sul e Centro do País, o que poderá influenciar negativamente no rendimento das culturas e na pecuária.

No segundo período chuvoso (JFM – 2019), nas regiões Centro e Norte, espera-se uma precipitação excessiva, o que poderá causar **inundações** localizadas, aliada a subida do nível das águas das principais bacias e rios, sobretudo nas Províncias de Zambézia e Cabo Delgado (ver tabela 6).

Tabela 6: Cenários esperados e seu impacto

Perigo	Áreas em risco (ha)	Produtores em risco	Sementes (tons)	Custo (Mt)
Seca	150.000	125.395	600	120.000
Inundações/Cheias	250.000	300.000	500	100.000
Ciclones	50.000	50.000	250	50.000
Total	450.000	160.895	1.350	270.000

Os cenários apontam para um total de 450 mil hectares em risco, com destaque para o milho e arroz, podendo afectar cerca de **161 mil produtores**.

Em relação a sanidade animal, em caso de ocorrência de seca, poderão surgir algumas doenças e epidemias em animais, a destacar: Febre Aftosa, Febre do Vale do Rift, Carbúnculos Hemático e Sintomático, Newcastle, Tripanossomoses, Dermatoses, Peste de Pequenos Ruminantes, Raiva e outras infecções.

Em relação a **sanidade vegetal**, as pragas migratórias poderão ocorrer nas províncias com condições propícias para a sua eclosão. Assim, espera-se que a Lagarta do Funil do Milho, a Lagarta Invasora, o Pardal do Bico Vermelho e o Rato de Campo possam afectar algumas culturas em campo. Atenção especial deve ser dada a lagarta do funil do milho por esta ser uma praga nova, de complexidade para o seu controlo, de rápida capacidade de reprodução e por estar presente em todo país.

Em relação ao Estado Nutricional prevê-se que, conforme os cenários do presente Plano de Contingência cerca de **16.000 crianças** se encontrem com desnutrição aguda o que representa uma necessidade orçamental estimada em cerca de 97 milhões de meticais para o atendimento a esse grupo de crianças em risco.

4.7 Provável Impacto no Sector De Estradas

O Sector de Estradas apresenta uma projecção de estradas em risco de interrupção na presente época chuvosa tendo em conta não somente às previsões Hidro-meteorológicas para OND e JFM, mas também o nível de precaridade de algumas vias de acesso sobretudo nas Províncias afectadas pelos Ciclones Idai e Kenneth e pelas cheias. Neste sentido, o Sector de Estradas apresenta as vias de acesso que poderão estar com o trânsito condicionado ou interrompido em cada uma das 11 Províncias.

Das dez províncias o maior destaque vai para estradas localizadas nas províncias de **Cabo Delgado**, **Zambézia**, **Sofala e Manica**. Os outros mapas de risco poderão ser encontrados no anexo a este documento.

Os danos registados frequentemente nas vias de acesso têm sido: erosão, cortes e ravinas na plataforma da estrada, escavação e colapso da laje do pavimento de estruturas, erosão da plataforma e talude da estrada, poças de água nas zonas baixas com solos plásticos, tornando a plataforma escorregadia, entre outros. Os pontos críticos estão identificados nos figuras 6a) 6b), 6c) e 6d)

4.7.1 Vias de acesso em risco de interrupção ao longo das bacias de maior risco de ocorrência de Cheias na Província de Cabo Delgado

Para **Cabo Delgado**, fazem parte da lista de estradas com risco de cheias as seguintes: N380 Macomia-Oass, R766 Macomia-Mucojo, R762 Muepane-Metuge, R767 Mahate-Quissanga, R762 Metuge- Mahate, R667 Unguia –Meluco, R698 Moeda-Rio Muirite, R760 Mecufi-Muchara, R775 Palma-Quionga-Namoto, R760 Mecufi –Rio Megarua-Mazeze, R767 Magude-Ravia, R698 Montepuez-Nairoto, R698 Montepuez-Namuno, R768 Balama-Mavala.



Mapa 11: Mapa de estrada em risco de inundação na província de Cabo Delgado

Na província da **Zambézia** deverá se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: N324 Maganja -Mocubela, R645 Maganja-Mabala, R1117 Tacuane-Muabanama, R653 Tacuane-Liciro,



R654 Regone-Namarroi, R1102 Regone-Gurue, R650 Mulumbo-Magige, R650 Milanje–Mulumbo, N324 Mocubela-Pebane, N324 Magiga-Rio Ligonha, N323 Gilé –Alto Ligonha, R648 Gilé-Nova Nabuiiri, R650 Pinda-Megaza-Chire, N/C Muadiua- Chire.

Mapa 12: Mapa de estradas em risco de inundação na província da Zambézia

Na província da **Sofala** deverá se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: N282 Dondo –



Matondo, N283 Marromeu-Caia, N283 Caia-Chemba, R565 Maringue-Chemba, R560/561CRZ. N1-Machanga, R560/562Machanga-Divinhe, R1003CRZ, N6-Savane, N/CCrz.N282 - Maciamboza, R1001Casa Banana-Inhaminga.

Mapa 13: Mapa de Estradas em Risco de Inundação na Província de Sofala

Na província da **Manica** deverá se prestar maior atenção nas seguintes vias de acesso: R955 Dacata –



Mpengo, R952 Drift de Mazvissanga, N260, N261-Desvio, NC Honde – Panze, R969 Aqueduto, N260, R964, R441 e NC Dacata – Mpengo.

Mapa 14: Mapa de estradas em risco de inundação na província da Manica

5. Acções Sectoriais a Realizar nas Fases de Prontidão, Resposta e Recuperação

O quadro de definição de acções sectoriais tem o objectivo de minimizar o impacto de desastres e compreende três categorias: prontidão, resposta e recuperação.

Prontidão: Capacidade institucional, comunitária e individual para reduzir o risco de desastres e os seus impactos.

Resposta: Todas as actividades que assegurem a provisão de assistência humanitária e normalização das actividades socioeconómicas imediatamente a seguir ao desastre.

Recuperação: Todas as actividades que concorrem para a reposição e funcionalidade dos serviços básicos e normalização da vida das pessoas afectadas pelo desastre.

As acções de prontidão, resposta, e recuperação poderão ser realizadas ao longo do ano. Contudo, no período de Outubro à Dezembro, poderão predominar as acções de **prontidão** e intervenções de **resposta**. Neste sentido, acções como (i) a elaboração do plano anual de contingência, (ii) a proposição estratégica de bens e suprimentos de emergência, (iii) importação de suprimentos de

emergência adicionais para responder às necessidades prementes, e (iv) a coordenação e monitoria multisectorial lideradas pelo INGC, constituem algumas das actividades críticas a serem realizadas nestes períodos.

No período de Janeiro à Março onde normalmente os fenómenos climatológicos são mais frequentes e severos, maior incidência poderá ser para as acções de **resposta**. Figuram neste período, acções tais como (i) a operacionalização dos planos de contingência, (ii) realização das avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta, e (iii) a avaliação das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência.

A implementação das medidas de resposta depende da ocorrência e magnitude do evento, local, número total de pessoas afectadas e danos causados. Neste sentido, o processo de resposta à emergência deve ser antecedido pela elaboração de um plano de resposta específico, guiado com base nos resultados da avaliação rápida de necessidades cuja mesma servirá de base para atribuição de dados reais ou estimados sobre as necessidades de resposta, tipo de resposta e locais de intervenção.

O período de Abril à Setembro é dominado por acções de **recuperação e resposta**, dependendo do tipo de evento (Ex: cheias, seca, ou ciclone). Concorrem para esta fase, entre outras, as seguintes actividades: (i) implementação da estratégia multisectorial de recuperação e reconstrução (Ex: reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda); (ii) monitoria da implementação e integrada das actividades e programas de recuperação.

Estas acções, tem em vista garantir, por um lado, o retorno a vida normal das famílias afectadas e das condições socioeconómicas, por outro lado, garantir a resposta à eventos extraordinários que possam ocorrer. Algumas aquisições de materiais para pré-posicionamento e que estejam nos parâmetros das normas de funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades, também poderão ocorrer nesse período. As acções a implementar na fase de recuperação irão contribuir para a promoção da resiliência e redução do risco e da vulnerabilidade às ameaças. Esta fase será guiada pela aprovação de actividades cuja pertinência se justifique, para além das intervenções de natureza de resposta imediata enquadradas nos períodos compreendidos entre os 3 e 6 meses de emergência.

A implementação das acções de prontidão, resposta e recuperação poderá acontecer a todos os níveis, desde o central aos órgãos locais, incluindo os municípios, cabendo a cada um desses níveis garantir a planificação, monitoria, supervisão e assistência técnica e a implementação dos planos de resposta.

5.1 Mobilização de Recursos para Resposta à Emergência

A Equipa Humanitária Nacional (HCT) participa em acções de prontidão e resposta às calamidades com meios materiais e humanos para complementar os esforços do Governo. Assim, sob a Liderança do (a) Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas aliada a decisão do Governo, a Equipa Humanitária Nacional pode activar os dispositivos internos e internacionais de mobilização de recursos com base nos mandatos e instrumentos internacionais existentes. O processo de coordenação e gestão de resposta a emergência é liderado pelo Governo.

A assistência humanitária atempada, eficaz e apropriada por parte da HCT depende da observância dos seguintes aspectos:

- Disponibilidade de informação sobre a avaliação da situação (magnitude, complexidade, urgência da emergência) com base em indicadores credíveis;
- Apresentação de dados sobre a população afectada, áreas afectadas, grupos vulneráveis;
- Disponibilização de informação sobre os recursos repositionados pelo Governo e défice de acordo com as necessidades locais e tipo de eventos;
- Activação, pelo governo, dos níveis de alerta institucional para facilitação da mobilização de recursos adicionais e operacionalização do plano de contingência;
- Solicitação de apoio humanitário pelo Governo.

O quadro a baixo apresenta o resumo das actividades a serem implementadas no contexto do presente PC.

Tabela 7: Actividades sectoriais no contexto de resposta e gestão de emergências			
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
INGC	<ul style="list-style-type: none"> Realização de exercícios de simulação de emergências; Actualização, harmonização e divulgação do plano de contingência nacional a todos os níveis; Revitalização dos CLGRC; Treinamento de Jornalistas; Manutenção em alerta os CLGRC das zonas de alto risco; Divulgação das rotas de evacuação e locais para abrigo temporário; Divulgação dos locais seguros para posicionamento de bens alimentares e não alimentares; Pré-posicionamento meios humanos, materiais e equipamentos para resposta; Intensificação de actividades de monitoria (segurança alimentar e nutricional); Lançamento de concursos para aquisição de bens de emergência e assinatura de contratos; 	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalização do plano de contingência; Realização de avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta; Provisionamento de assistência coordenada e atempada, às pessoas afectadas, em bens alimentares e não alimentares; Elaboração do plano de reassentamento das populações deslocadas; Preparação dos apelos de ajuda humanitária e mobilização de recursos adicionais; Coordenação da avaliação de necessidades pós desastres (ANPD); Elaboração do plano/estratégia multisectorial de recuperação pós emergência com base nos resultados da ANPD. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação da estratégia multisectorial de recuperação (reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda) Implementação de actividades específicas de recuperação de meios de vida; Monitoria da implementação integrada das actividades e programas de recuperação;

UNAPROC	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do plano de operações (projecção de forças e meios) • Preparação de forças e meios para o pré-posicionamento e envolvimento na resposta e recuperação pós desastre; • Ensaio dos meios de busca e salvamento e de travessias; • Disseminação de informações de sensibilização às populações que vivem em zonas de risco, sobre a iminência de calamidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha, processamento e difusão de informações aos órgãos decisores; • Realização de missões de busca e salvamento de pessoas afectadas pelos desastres; • Apoio na reposição da transitabilidade de pessoas e bens; • Monitoria regular da implementação do plano de resposta e comunicar ao CTGC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar no processo de recuperação através da disponibilização pontual de meios humanos e materiais (Ex: montagem de tendas, latrinas); • Integração da equipa da UNAPROC nas missões de recuperação/reconstrução; • Reparação e manutenção dos meios e equipamento envolvidos na emergência; • Preparar e aprontar as forças e meios para o período chuvoso 2020/2021;
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
GABINHO	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do grau de funcionamento e operacionalidade dos sistemas e meios de comunicação; • Designação do porta-voz para emergência; • Produção e disseminação de informação atempada e precisa aos órgãos de comunicação oficiais; • Pré-posicionamento de material e equipamentos de comunicação; • Divulgação e partilha do plano de contingência nacional aos diversos níveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminação da informação sobre o fenómeno em causa; • Gestão da disseminação de informação pelos órgãos de comunicação; • Intensificação dos apelos às comunidades nas zonas de risco; • Divulgação aos órgãos de comunicação o grau de implementação da acção humanitária do Governo e parceiros de cooperação, incluindo HCT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do plano/estratégia de reconstrução/recuperação conjunta Governo e parceiros de cooperação; • Avaliação do grau de cumprimento do plano de resposta de emergência; • Mobilização das comunidades para participar no processo de recuperação e reconstrução; • Avaliação e proposta de medidas para uma resposta melhorada.

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>MASA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e interpretação do prognóstico da época chuvosa e ciclónica, para agricultura e recomendações agrotécnicas; • Disseminação da previsão climática sazonal; • Monitoria do comportamento da época chuvosa e o seu impacto na produção agrária; • Monitoria e avaliação regular da situação da segurança alimentar e nutricional IPC; • Estimativa do número de produtores, áreas semeadas, produção e rendimentos por cultura; • Formação de técnicos e dirigentes em matérias de IPC e SAN; • Realização de estudos de base de SAN e Monitoria da tendência SAN; • Protecção fitossanitária do país; • Monitoria e controlo das principais pragas e doenças das culturas; • Limpeza das fontes de água, valas de drenagem, canais e reservatórios nas zonas em que se prevê-se maior intensificação da precipitação; • Retirada antecipada de diversos equipamentos, de modo a evitar danos causados pelo transbordo dos caudais dos rios; • Pré-posicionamento atempado de medicamentos, drogas carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso; • Identificação de áreas de refúgio do gado 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de avaliação rápida de SAN pós choque nas zonas afectada; • Disseminação dos resultados da avaliação rápida SAN pós choque e Monitoria da tendência SAN nas zonas afectada; • Promoção da assistência técnica aos produtores familiares; • Levantamento preliminar das áreas agrícolas afectadas, número de produtores afectados, produção e rendimentos; • Reajustamento dos planos de aprovisionamento de insumos (Semente de qualidade, fertilizantes e pesticidas); • Controlo da qualidade das sementes comercializadas e das variedades libertadas; • Disponibilização de pesticidas para o controlo das pragas migratórias nas zonas de risco de ocorrência de grandes surtos; • Deslocamento de manadas das zonas de risco de ocorrência de inundação e das zonas inundadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoria regular da situação da segurança alimentar e nutricional; • Realização de feiras de insumos agrícolas e agropecuárias; • Aproveitamento de baixas e terras húmidas (machongos/dambos) para o cultivo de culturas de ciclo curto, como hortícolas ou outras adaptadas ao local; • Aproveitamento da água nas áreas irrigadas através de práticas que promovam a preservação da humidade no solo (mulching), através de cobertura vegetal, polímeros-(plásticos); • Adopção e uso de tecnologias de captação e conservação de água (reservatórios escavados, cisternas). • Fomento e multiplicação de mandioqueiras e batata doce de polpa alaranjada; • Reabilitação de infraestruturas pecuárias e pontos de abeberamento afectados; • Intensificação da vigilância epidemiológica e a Inspeção dos efectivos pecuários por forma a detectar precocemente 	

	<p>na eventualidade de cheias e inundações;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de treino em técnicas de conservação do pasto (feno), de blocos tradicionais e conservação de forragens para época seca; • Promover a conservação de forragens para época seca e a produção de suplementos para os animais; • Reabilitação de corredores de tratamento, chuiveiros e reabilitação de pontos de abeberamento; • Edificação de infraestruturas de assistência (corredores de tratamento, chuiveiros) e de pontos de abeberamento; nas zonas de refúgio do gado e assegurar a sua manutenção nos locais de origem dos animais; • Monitoria permanente da situação sanitária com enfoque para a Febre Aftosa, Febre do Vale do Rift e doença de Linga Azul; • Promoção do registo e identificação dos animais para prevenir conflitos de posse de animais perdidos devido as calamidades. 		<p>o aparecimento de doenças infectocontagiosas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção e intensificação da realização de banhos carracidas e desparasitações e o tratamentos de animais nas zonas afectadas; • Disponibilização de medicamentos, drogas carracidas, desinfetantes e suplementos para as zonas de difícil acesso; • Atualização do registo e identificação dos animais para prevenir conflitos de posse de animais perdidos devido as calamidades; • Elaboração e implementação do plano de recuperação. • Adopção de tecnologias de captação e conservação de água (reservatórios escavados, cisternas); • Promoção de técnicas de agricultura de conservação e o uso de tecnologias de irrigação de baixo consumo de água;
<p>Instituições MTC/INAM</p>	<p>Prontidão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação e divulgação da previsão climática sazonal e implicações para os diversos pontos do país; • Monitoria permanentemente dos fenómenos meteorológicos; 	<p>Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da monitoria dos fenómenos meteorológicos; • Divulgação dos avisos e alertas com indicação da magnitude do fenómeno e zonas de risco; 	<p>Recuperação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do comportamento dos fenómenos meteorológicos e seus impactos na planificação e execução dos

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade de observação nas estações meteorológicas; • Capacitação dos técnicos em matérias de monitoria dos fenómenos climáticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da monitoria e vigilância meteorológica. • Produção de informações de acompanhamento da evolução dos fenómenos; 	<p>planos/estratégias de recuperação pós-emergências.</p>
MITADER	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das áreas para reassentamento em zonas seguras; • Divulgação dos centros de acomodação existentes para melhor planificar as estratégias/intervenções de prontidão e resposta; • Disseminação do manual de técnicas básicas de planeamento físico; • Sensibilização das populações para se retirarem das zonas de riscos de desastres; • Revitalização dos líderes comunitários, CLGRC, técnicos distritais e direcções provinciais em matérias de Gestão de Riscos Ambientais; • Mapeamento de parceiros com capacidade de resposta e preenchimento das lacunas identificadas na implementação dos planos; • Identificação e levantamento dos cursos de água e aquíferos com nível freático alto para a agricultura, consumo e construção de represas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento territorial e organização dos centros de acomodação/reassentamento • Demarcação e atribuição de talhões às populações afectadas para fins de reassentamento; • Construção de abrigos temporários e centros de acomodação e apoiar na criação de centros de reassentamento; • Levantamento socioambiental das áreas afectadas pela seca e cheias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro das famílias e sua distribuição física; • Elaboração do plano de pormenor dos bairros de reassentamento; • Elaboração do mapa de risco de modo a apoiar os planos de reconstrução/recuperação e os planos locais de acção de resiliência; • Participação activa no processo de reassentamento das populações; • Monitoria dos bairros de reassentamento;

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIC	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliações rápidas da disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens essenciais; • Mobilização e estabelecimento de contactos com potenciais fornecedores de bens de consumo durante e depois da ocorrência da emergência; • Identificação, definição e mapeamento dos fluxos de bens de consumo, das zonas excedentárias ou com disponibilidade para as zonas afectadas; • Promoção de campanhas de sensibilização a operadores económicos a fim de garantir a reserva alimentar das populações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compra/aquisição de produtos alimentares em locais alternativos e seguros; • Emissão de pareceres sobre a entrada de produtos para a emergência; • Participação na triagem de produtos (alimentares e não alimentares) doados antes de serem distribuídos às populações afectadas ou canalizados às zonas afectadas; • Monitoria de preços de venda de produtos com maior incidência nos locais de carência no período de estiagem; • Realização de feiras de produtos de primeira necessidade e agrícolas no período de seca; • Monitoria dos mercados internos e a variação dos preços de modo a evitar especulação; • Prevenção da distribuição e comercialização de produtos deteriorados ou destinados a assistência humanitária; • Levantamento de infraestruturas comerciais e industriais danificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio nos processos de aquisição/compras de produtos; • Emissão de pareceres para (ex. parceiros de cooperação) a entrada de produtos doados para a emergência; • Reposição da rede comercial danificada nas zonas afectadas; • Participação e estímulo de acções de transformação e enriquecimento de produtos alimentares; • Prevenção da comercialização de produtos deteriorados e destinados a assistência humanitária; • Monitoria de preços de venda de produtos com maior incidência nos locais de carência no período de estiagem; • Avaliação dos resultados sobre o processo de abastecimento de produtos; • Mobilização dos agentes económicos para a reposição dos stocks.
MMAIP	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de locais seguros para construção de tanques de piscicultura; • Identificação de locais de abrigo para 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica aos piscicultores na reabilitação e construção de tanques nos locais seguros; 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e monitoria regular da implementação do plano/estratégias de (re)

	<p>atracagem das embarcações de pesca;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos conselhos comunitários de pesca sobre medidas de prontidão e resposta; • Identificação de possíveis fontes de financiamento para as actividades do sector, priorizadas no quadro das acções de prontidão, resposta e recuperação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reposição dos tanques piscícolas, embarcações, artes de pesca, infra-estruturas de apoio a pesca eventualmente danificados; • Definição de estratégias/plano de reconstrução/recuperação. 	<p>construção e recuperação;</p>
MGCAS	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das listas dos grupos vulneráveis tendo em conta as previsões sazonais e os cenários apresentados no Plano de Contingência; • Sensibilização das populações para o abandono das zonas de risco e tomada de medidas de precaução; • Transmissão de mensagens em linguagens adequadas para cada tipo de deficiência; • Aquisição e pré-posicionamento de material para resposta a emergência; • Realização de capacitações para prevenção de violência baseada no género; • Monitoria da tendência evolutiva da emergência e sua implicação para os grupos mais vulneráveis; • Revitalização dos comités comunitários de protecção às crianças; • Recolha, análise e divulgação de dados desagregados por sexo e idade; • Selecção das mulheres e outros grupos vulneráveis para capacitação de modo a assegurar a sua presença nos processos de tomada de decisão e denúncia de desrespeitos aos seus direitos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia para maior envolvimento de parceiros nacionais e estrangeiros nas acções do MGCAS, nomeadamente, no resgate, assistência e protecção social; • Levantamento de informação sobre as populações afectadas pelas calamidades desagregada por sexo, em coordenação com os COEs Provinciais e Distritais, garantindo a especificação dos grupos populacionais mais vulneráveis. • Activação dos planos de protecção e assistência, especialmente as raparigas, incluindo distribuição de kits de assistência aos grupos vulneráveis em articulação com os outros sectores (saúde); • Activação dos mecanismos de prevenção e resposta contra a violência e abuso, incluindo divulgar informações sobre os serviços de atendimento às adolescentes e mulheres vítimas de violência • Disseminação de mensagens 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de informações sobre os serviços de atendimento às crianças e mulheres vítimas de violência e abuso • Apoio psicossocial às famílias em coordenação com MASA; • Abertura de escolinhas comunitárias nos bairros de reassentamento; • Assistência às pessoas na reunificação familiar; • Sensibilização para componente de violência baseada no género, nos bairros de acomodação e/ou bairros de reassentamento; • Realização de visitas de monitoria às áreas afectadas para garantir que todos os grupos vulneráveis identificados tenham acesso aos serviços sociais protecção e saúde; • Identificação de beneficiários

	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de Agregados Familiares vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade para assistência no PASD-PE; • Identificação de recursos para registo de Agregados Familiares afectados pelas calamidades; • Identificação de recursos para apoio a crianças menores de 0-2 anos, necessitando de apoio pontual em leite artificial e papas enriquecidas de mães que não podem amamentar; • Identificação de recursos para apoio a pessoas com deficiência necessitando de meios de compensação; • Identificação e registo de Agregados Familiares vivendo em situação extrema pobreza e vulnerabilidade que perderam suas casas no âmbito das calamidades necessitando de apoio pontual em material de construção; • Realização de visita de monitoria as zonas em risco com vista a garantir que estão acionados mecanismos de resposta durante a emergência no âmbito dos Programas de Protecção Social. 	<p>preventivas contra violência baseada no género através de palestras, panfletos e outros materiais de Educação Pública;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de Palestras sobre a violência Baseada no Género e sexual, nos Centros de Acomodação; • Apoio a actividades recreativas para adolescentes e provisão de serviços amigos do adolescente e jovens (para espaços amigos de Crianças); • Monitoria da assistência humanitária e protecção a adolescentes, jovens e mulheres grávidas; • Prestar apoio técnico às Direcções Provinciais (DPGCAS) e Serviços Distritais (SDSMAS) das zonas afectadas pelas calamidades; • Identificação de Agregados Familiares afectados por calamidades e que tenham recebido assistência durante o período da activação dos alertas(fase humanitária) para posterior assistência no PASD-PE; • Identificação e registo de Crianças de 0-5, necessitando de apoio ; • Identificação e registo de pessoas com Deficiência necessitando de meios de compensação; • Apoio Psicossocial aos Agregados Familiares afectados. 	<p>elegíveis para os programas de Protecção Social (Programa Subsídio Social Básico, Programa Apoio Social Directo, Programa Acção Social Produtiva e em particular o Programa Apoio Social Directo Pós Emergência-PASD-PE);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, registo e encaminhamento de Agregados familiares vivendo em situação extrema pobreza e vulnerabilidade que perderam suas habitações no âmbito das calamidades necessitando de apoio pontual em material de construção; • Atendimento aos Agregados Familiares Afectados pelas calamidades, após a desactivação do alerta vermelho nos Programas Apoio Social Directo –Pós Emergência (PASD-PE) Programa Acção Social Produtiva -pós Emergência (PASP-PE) (Subsídio Social Básico – componente Subsídio para Criança (0-2 anos) em Transferências monetárias e atendimento em Unidades Sociais afectadas (infantários, Centros de Apoio a Velhice,
--	---	---	---

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>MISAU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da vigilância epidemiológica para a deteção precoce das doenças com potencial epidémico, através; • Preparação de equipe de resposta rápida para ser accionada quando necessário, incluindo dos especialistas; • Actualização da lista de Contato das pessoas envolvidas na Coordenação da resposta; • Revitalização de ativistas, bem como outro pessoal técnico de saúde para a prestação de cuidados médicos básicos as populações em situação de emergência; • Pré-posicionamento de materiais de emergência (kits de medicamentos, insumos); • Pré-posicionamento estratégico do estoque de contingências para tratar pelo menos 5,000 crianças com DAG e 10,000 crianças com DAM; • Manutenção do stock mínimo para tratamento de crianças com desnutrição aguda moderada (DAM); • Capacitação dos profissionais de saúde na provisão do pacote mínimo de Saúde Sexual 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de um boletim informativo, diário, ou a cada 48 horas, sobre a situação da emergência e ações desenvolvidas nos diferentes níveis. • Monitoria das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, em especial nos locais de reassentamento; • Provisão de serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo casos de doenças crónicas (HIV, tensão arterial, diabetes, tuberculose); • Distribuição de redes mosquiteiras com inseticidas; • Provisão de serviços de saúde mental • Assistência específica a mulheres grávidas, crianças e idosos; • Provisão de kits de saúde sexual e reprodutiva, incluído kits de profilaxia pós exposição para caso de violação sexual devido à alta vulnerabilidade destas comunidades; • Monitoria da continuidade do 	<p>Centros de Trânsito).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter a vigilância de rotina pós epidemia; • Recolha e conservação do material usado para atendimento hospitalar; • Manutenção em funcionamento normal as unidades sanitárias que tenham sido afectadas/destruídas (aprovisionamento de medicamentos, equipamentos hospitalares, tendas hospitalares, pessoal médico e de saúde e reconstrução de unidades sanitárias destruídas). • Assegurar que as pessoas vivendo com HIV aderem ao tratamento e ter acesso a alimentação nutritiva; • Prestar apoio psicossocial às famílias afectadas; • Avaliação da resposta e de lições aprendidas no sector; • Monitoria da implementação 	

<p>e Reprodutiva e HIV;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos distritos de maior risco de eclosão de doenças durante a presente época de emergência; • Intensificação da vigilância dos doentes crónicos (HIV, tensão arterial, diabetes, tuberculose) na zonas de risco; • Formação dos membros de associações juvenis em matéria de saúde sexual reprodutiva e HIV; • Importação de equipamentos antropométricos e kits para dar resposta ao aumento das necessidades; • Mobilização de meios para responder a emergências em nutrição; • Preparação das mensagens chaves e definir os meios a utilizar para promoção da alimentação infantil no contexto das emergências; • Distribuição de material educativo (cartazes, panfletos, desdobráveis e spot de rádio) para reprodução local e uso em situações de emergência em saúde pública; • Uso de diferentes plataformas de comunicação em uso no MISAU, para divulgação de material educativo e informação sobre os alertas; • Revitalização dos recursos humanos no âmbito de nutrição nas emergências; • Realização de treinos de aperfeiçoamento, simulações para a capacitação de profissionais de saúde para resposta à emergência em saúde pública; 	<p>tratamento de pessoas com doenças crónicas (HIV, tensão arterial, diabetes)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de stock de produtos terapêuticos, suplementos alimentares e nutricionais (ATPU, ASPU, F75, F100 e (crónicas). • Alocação de meios de diagnóstico de laboratório na detecção das principais doenças epidémicas (cólera, disenteria, malária e sarampo); • Divulgação de espaços para montagem de tendas hospitalares para atendimento dos doentes, bem como armazenamento de material médico-cirúrgico e outros; • Colocação de kit C de medicamentos e testes de diagnóstico rápido de malária; • Criação de condições para o acesso fácil de toda a população aos cantos de rehidratação oral; • Provisão de serviços de saúde sexual e reprodutiva amigos do adolescente e jovens (SAAJ); • Realização de parto seguros; • Reforço dos recursos humanos do PRN, Alimentação Infantil e outros programas de nutrição para assegurar a disponibilidade dos serviços • Estabelecimento do plano de monitoria do progresso na implementação da resposta; • Promoção de espaços amigáveis para alimentação; das crianças no seio 	<p>integrada das actividades dos programas de recuperação e resiliência</p>
--	---	---

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
<p>MINEDH</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização e capacitação dos técnicos, professores e CEGRD nos distritos de alto risco em matéria de GRD; • Actualização dos dados de SIGE anualmente incluído dados para as crianças com deficiências; • Revitalização dos técnicos, professores em matéria de Plano de Emergência Básico Escolar (PEBE) e implementar o plano escolar básico de emergência nas escolas com maior risco de desastres; • Revitalização de técnicos, professores sobre os princípios de Protecção contra Exploração e Abuso Sexual (PEAS) nas emergências; • Pré-posicionamento de material escolar para emergência (tendas escolas e para os professores, kits para EPE e para os alunos de ensino primário e secundário, kits para escola, kits da dignidade; familiar/feminina), manuais sobre PEBE e Apoio Psicossocial); 	<p>materno e das boas práticas de alimentação das crianças menores de 2 anos em populações deslocadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas para reduzir os riscos de PEAS como por exemplo através uma rede de comunicação/Linha Verde; • Avaliação do impacto dos desastres sobre as infraestruturas escolares e alunos e professores afectados e desenvolver o plano de resposta e de recuperação precoce; • Provisão de material escolar às escolas mais afectadas, incluindo tendas escolas e para professores, kits para EPE e para os alunos de ensino primário e secundário, kits de escolas, kit administrativo, kits da dignidade familiar/feminina), manuais sobre PEBE e Apoio Psicossocial); • Fornecimento de lanche escolar nas escolas afectadas; • Formações sobre PEBE; • Criação de condições para o funcionamento normal de aulas nos 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação do plano de reconstrução e recuperação; • Avaliação das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência; • Monitoria do grau de implementação do plano de reconstrução e recuperação, incluindo a reposição das aulas. • Fortalecimento da prontidão escolar através da implementação e expansão do plano escolar básico de emergência (PEBE); • Mobilização de fundos para realização de actividades na fase de recuperação;

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/DNGRH	<ul style="list-style-type: none"> • Actualização da lista de pontos focais nacionais e internacionais; • Disponibilização e operacionalidade dos meios de comunicação (telefones e rádios); • Verificação da operacionalidade dos meios circulantes; • Realização de encontros com outras entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante, particularmente entre ARA-Centro e Zinwa do Zimbabwe, ARA-Zambeze e as congéneres do Zimbabwe e Zâmbia; • Inspeção e manutenção da rede 	<p>centros de acomodação temporária e centros de reassentamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação de plano de resposta. • Mobilização dos fundos para realizar as actividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e disseminação do relatório da avaliação da época chuvosa 2019/20; • Inspeção e reabilitação da rede hidro-climatológica pós-cheias; • Recalibração dos modelos hidrológicos; • Recuperação/reabilitação infraestruturas hidráulicas (diques, barragens, acudes, reservatórios escavados); • Reposição da rede de estações hidro-meteorológica;

	<p>hidrológica do sistema de aviso de cheias (SAC);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de medição de caudal; • Identificação das bacias hidrográficas com risco de cheias e inundações; • Manutenção da rede de observação hidrológica; • Realização do levantamento da situação das infraestruturas hidráulicas e das estações hidrográficas; • Recolha, actualização e disseminação dos dados hidrológicos; • Manutenção dos diques de protecção; • Gerir as albufeiras tendo em conta os cenários dos caudais afluentes e a situação a jusante de cada bacia. 	<p>Regional (ARAs) e Nacional (DNGRH) a partir de 01 de Dezembro até 30 de Abril, dependendo da situação hidrológica prevalente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação do monitoramento sistemático dos níveis de água/caudais bem como a previsão dos mesmos; • Emissão de comunicados de imprensa; • Continuação com a realização de campanhas de medição de caudal; • Participação nos conselhos técnicos de gestão de calamidades; • Inspensão da rede hidrológica do sistema de aviso de cheias (SAC); • Recolha, actualização e disseminação dos dados hidrológicos; • Avaliação do grau do impacto sobre o sector e elaboração do plano de recuperação e reconstrução pós emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do plano de recuperação e reconstrução pós emergência; • Levantamento da disponibilidade de recursos hídrico nas zonas afectadas pela seca/estiagem, convista a identificar fontes alternativas para o abastecimento de água.
<p>Instituições</p> <p>MOPHRH/DNAAS</p>	<p>Prontidão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actualização/identificação das capacidades existentes no sector e mapeamento dos parceiros Emergência WASH; • Realização de encontros com todos os parceiros chave do sector para coordenação/preparação de resposta a 	<p>Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de levantamento rápido da situação e necessidades em água, saneamento e higiene; • Fornecimento de água segura (respeitando padrões mínimos) e de infraestruturas de saneamento; • Prover equipamentos e materiais 	<p>Recuperação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização do levantamento da situação e necessidades em água, saneamento e higiene; • Avaliação dos danos sobre as infraestruturas das fontes de abastecimento de

	<p>emergência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço das capacidades das províncias e distritos na planificação, monitoria e resposta atempada de emergência; • Inventário, reparação/manutenção e pré-posicionamento (em locais estratégicos) dos equipamentos & materiais de emergência disponíveis no País; • Fornecimento de equipamentos e materiais para tratamento, transporte e distribuição de água; • Aquisição e alocação de materiais adicionais (<i>certeza</i>, lajes plásticas e rolos de plástico); • Disponibilização de tanques móveis de abastecimento de água nos centros de acomodação, casas de acolhimento e bairros de reassentamento; • Preparação de disseminar, mensagens de boas práticas de higiene, saneamento e utilização racional da água. 	<p>para: (a) tratamento, conservação, distribuição de água (b) deposição de excretas humanas e resíduos sólidos (c) promoção das boas práticas de higiene;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disseminação, em coordenação com outros sectores, das mensagens-chaves sobre prevenção de doenças diarreicas, incluindo, cólera, informação sobre a boa conservação da água em casa, instruções técnicas de construção de latrinas; • Restabelecimento do abastecimento de água (assegurando a disponibilidade de quantidades mínimas recomendadas em situação de emergência); • Fornecimento de materiais e apoio técnico, para construção de latrinas; • Monitoria do impacto das intervenções em coordenação com o sector da saúde; • Reactivação dos mecanismos de coordenação e sistema de partilha de informação; • Abastecimento de água nas zonas onde as fontes estejam submersas. 	<p>água e saneamento e necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do plano de recuperação e reconstrução do sector (incluindo apoio às famílias/comunidades na reabilitação e construção e autoconstrução das fontes de água e latrinas familiares); • Apoio à reabilitação e construção das fontes de água com activo envolvimento das famílias/comunidades com vista a assegurar a sustentabilidade das intervenções; • Prover condições de saneamento de água e continuidade da operacionalidade dos serviços de água e saneamento; • Apoio à autoconstrução de latrinas familiares; • Contínuo apoio na implementação das actividades de promoção de higiene; • Monitoria e Avaliação das
--	--	---	--

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/ HABITAÇÃO E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> Realização de levantamento das infraestruturas seguras para acomodação temporária das pessoas afectadas; Coordenação com MITADER na identificação e inventariação dos locais seguros para acomodação temporária; Coordenação com a ANE na identificação de rotas de evacuação rápida; Organização do cadastro provisório/definitivo de terras pelas comunidades reassentadas; Aquisição de equipamentos para a produção de materiais de construção de baixo custo e resistentes a calamidades; Avaliação do nível de capacidade de reassentamento de novas famílias nos bairros de reassentamento já existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação na monitoria do processo de registo e controlo do número das famílias e população afectada nos centros de acomodação e famílias de acolhimento; Participação na coordenação das acções de acomodação das famílias/pessoas deslocadas em abrigos temporários; Participação na construção rápida de abrigos temporários para as populações afectadas em lugares seguros; Coordenação e participação dos líderes comunitários em acções de transferência rápida das vítimas dos abrigos provisórios para talhões já demarcados. 	<p>actividades desenvolvidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Reassentamento das populações afectadas e reconstrução das infraestruturas danificadas; Monitoria da implantação dos planos parciais de ordenamento territorial em articulação com a Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Reassentamento (DINOTER); Monitoria da prestação de assistência técnica ao processo de reconstrução e ou construção de casas tecnicamente melhoradas para a habitação; Incentivar a produção e utilização de materiais de construção produzidos com recurso ao material local e a adopção de técnicas de construção e reconstrução resilientes.
MOPHRH/ANE/ES TRADAS	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de contratos de manutenção de rotina bianuais e trianuais em todas as estradas prioritárias da rede Nacional, o que permite a permanência dos empreiteiros nas estradas durante a 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoria da situação de emergência através das comissões de emergência, que envolvem os Governos Distritais, os líderes comunitários, as comunidades residentes ao longo das vias, a Polícia de Trânsito, a equipe de 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos danos registados durante a emergência (elaborar os projectos resilientes e orçamentar); Mobilização de fundos

	<p>época chuvosa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Activação de todas as instruções relacionadas com a limpeza dos órgãos de drenagem em todos os contratos de manutenção em curso antes da ocorrência das chuvas, de modo a permitir o normal fluxo das águas sobre estes assim que as chuvas iniciarem; • Identificação de empreiteiros com capacidade instalada para solicitação de intervenção durante a época chuvosa (Empreiteiros com contratos de reabilitações, obras de emergências, sistema de acampamentos, melhoramentos localizados e outros); • Monitoria permanente das vias e estruturas hidráulicas da rede de cada província, em particular as que se situam nas zonas propensas, sendo a frequência do monitoramento em função do prognóstico hidrológico da presente época chuvosa; • Elaboração de Planos específicos de Contingências por Província; • Activação e encontros preparatórios das comissões de emergência, que envolvem os Governos Distritais, líderes comunitários, comunidades residentes ao longo das vias, Polícia de Trânsito, equipe de Fiscalização e Pontos Focais da ANE (COEs a todos os níveis); 	<p>Fiscalização e Técnicos da ANE (COEs a todos os níveis);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização dos transportadores de carga, no sentido de aceitarem a interdição da circulação dos seus camiões durante o período chuvoso na rede de estradas não revestidas; ▪ Controlo mais rigoroso da carga admissível, utilizando básculas fixas e móveis em estradas terraplenadas onde normalmente circulam veículos de carga pesada, em coordenação com a Polícia de Trânsito; ▪ Limitação da velocidade para a circulação de veículos durante o período chuvoso ao longo das estradas não revestidas e na travessia de estruturas hidráulicas e/ou obras de arte; ▪ Desobstrução das estruturas de drenagem para o restabelecimento da capacidade de vazão das águas; ▪ Reforço de sinalização de emergência de modo a evitar acidentes e outros transtornos que possam ser ocasionados pela situação de emergência; ▪ Reposição das infraestruturas danificadas através de soluções de mitigação e ou definitivas com recurso a empreiteiros com contratos plurianuais e ou novas contratações no contexto de emergência; ▪ Desenvolvimento de um mecanismo de comunicação aos 	<p>para resposta a emergência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução pós emergência (realização de obras definitivas); • Monitoria do processo de reconstrução;
--	---	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de vias alternativas nas situações se prevê que ocorra interrupção numa estrada devido ao corte e/ou destruição dos órgãos de drenagem provocado pelas chuvas; • Reforço das infraestruturas existentes nas zonas de risco, com a construção, reabilitação ou reforço dos órgãos de drenagem, para que sejam mais resilientes; • Mobilização de fundos para responder as actividades de emergências; • Realocação de equipamento e materiais em estaleiros para construção de estruturas de drenagem (Pontes, aquedutos, drifts etc); • Mobilização de fundos para responder as actividades de emergências; • Realocação de equipamento e materiais em estaleiros para construção de estruturas de drenagem (Pontes, aquedutos, drifts etc). 	<p>utentes que divulgue as situações de emergência e as acções de mitigação ou correção em curso nas estradas afectadas.</p>	
MIREME/ENERGI A	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de equipas de avanço nos locais previamente definidos como zonas de potenciais riscos e em prontidão para qualquer intervenção de emergência; • Disponibilização dos grupos geradores de emergência e combustível em todas as cidades capitais para garantir serviços mínimos; • Criar condições de logística de transporte, combustível e materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoria permanentemente o comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação rápida e reposição de todo sistema eléctrico. • Monitoria dos trabalhos de recuperação de todas as infraestruturas do sector de energia;

Intituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIREME/INAMI	<p>sobressalentes em todas as áreas operacionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios, (toda as fases); • Provisão de stocks mínimos de materiais para intervenção de emergência, sobre tudo nas zonas recônditas cujo acessos é facilmente afectado pelas intempéries; <ul style="list-style-type: none"> • Operacionalização das plataformas de análise de dados sísmicos e a rede nacional de estações sísmográficas; • Operacionalização das plataformas de monitoria de eventos sísmicos; • Monitoria 24/7 dos eventos sísmicos com epicentro em Moçambique e nos países vizinhos; • Coordenação com o INAM, CENOE e INAHINA a funcionalidade do sistema de aviso prévio de tsunami. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da informação, comunicados de imprensa, em tempo útil sobre a ocorrência de evento sísmico com epicentro em Moçambique ou nos países vizinhos, mas que se tenha sentido no território nacional; • Avaliação da intensidade sísmica, erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo desastre geológico; • Monitoria de réplicas dos eventos em estudo; • Inventariação de danos geológicos visíveis nas região afectadas pelos desastre geológicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendação de medidas de prevenção e mitigação dos impactos dos desastres geológicos;

<p>SECRETARIA PROVINCIAL (TODAS AS PROVÍNCIAS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da elaboração do Plano de Contingência do Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades (CTPGC) e garantir a sua implementação; • Revitalização dos sectores de trabalho do CTPGC; • Divulgação das previsões sazonais a nível provincial e local; • Organização e realização de exercícios de simulação 	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão das acções de assistência humanitária durante a emergência; • Coordenação das operações conjuntas entre os diferentes níveis institucionais ao nível da província (implementação do plano de resposta). • Operacionalização e gestão do sistema de da emergência ao nível da província (fluxo de informação, funcionamento dos 4 sectores do COE Provincial) 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de actividades conjuntas de recuperação • Implementação e supervisão dos planos de recuperação e reconstrução a todos níveis;
---	--	---	--

6. Bens e Disponíveis e Necessários

6.1 Operações de Busca e Salvamento

As operações de busca e salvamento serão realizadas e coordenadas pela Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)⁵ para salvaguardar a vida das populações e segurança das infraestruturas afectadas. A UNAPROC a nível central e nas Delegações provinciais tem disponíveis 190 barcos para as operações de busca, salvamento -Ver tabela 7

Tabela 8: Meios existentes para operações de busca e salvamento

Localização	Barcos	Motores de barco	Viaturas	Pontes Moveis	Coletes Salva vidas
Gaza	22	18	84		302
Inhambane	15				
Sofala	95	5	155		50
Tete	11	3	10		
Manica	0	14			
Nampula	3	24	31		
Cabo Delgado	3	0			
DRN	4	4			40
DRC	17	12			88
DRS	2	2			19
INGC Central	18	26		8	80
Total	190	108	280	8	579

Em termos de efectivos de Protecção Civil, as operações de busca e salvamento poderão ser garantidas por pelo menos **985 pessoas**, sendo de destacar militares, Polícia de protecção Civil, técnicos do INGC entre outros.

Tabela 9: Efetivos disponíveis para a emergência 2019/2020

PROVÍNCIA	INSTITUIÇÕES						Unidades Militares	Total
	PRM	SENSAP	INGC	A. MARITIMA	CVM	SER. C. MOÇ		
Maputo	10	15	30		6	60	145	266
Gaza	15	15	12	10	4			56
Inhambane	5	7	5		2			19
Sofala	15	15	10	15	4		45	104
Tete	15	15	5		3	60	15	113
Zambézia	15	15	10		4		60	104
Nampula	30	10	15	2	20		60	137
C. Delgado	15	10	6		6	60	30	127
Niassa	15	5	4		5		30	59
	135	107	97	27	54	180	385	985

⁵ A UNAPROC integra quadros do INGC, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior e Cruz Vermelha de Moçambique.

Em relação aos materiais de comunicação disponíveis estão contabilizados megafones, telefones satélites, rádios fixos para além dos telefones móveis pessoais.

6.2 Assistência alimentar

As necessidades para assistência alimentar descritas no presente plano consideram dois contextos:

- a) Resposta da actual situação de insegurança alimentar devido a seca;
- b) Risco de cheias e ciclones na presente época chuvosa.

6.2.1 Resposta da actual situação de insegurança alimentar segundo avaliação de InSAN Junho de 2019

Apesar da assistência alimentar de emergência prestada em larga escala em resposta ao ciclone IDAI e Kenneth no período de Março a Julho 2019, pelo governo e parceiros de cooperação, a situação da segurança alimentar continua crítica. De acordo com a Classificação Integrada de Fase de Segurança Alimentar (IPC) e a análise de dados secundários, liderados pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), em Julho de 2019, mais de 1,6 milhões de pessoas estão na fase 3 (crise) ou pior desde Julho até Setembro de 2019, e requerem assistência humanitária imediata.

O relatório do SETSAN / IPC prevê ainda, nas suas projecções para o período de Outubro de 2019 a Fevereiro de 2020 a deterioração da situação com o número de pessoas a necessitar de assistência alimentar a atingir **1,994,538 pessoas** (das quais **1,208,205** pessoas vivem em áreas afectadas pelo ciclone IDAI, **181,951** pessoas em áreas afectadas pelo Kenneth e **445,385** pessoas em áreas afectadas pela seca).

Os resultados do IPC recomendam que essas intervenções imediatas de assistência sejam feitas no médio e longo prazos visando reduzir a alta vulnerabilidade das populações em Moçambique.

Contudo, ressalva-se que a análise acima não substitui qualquer avaliação da situação da insegurança alimentar que o Sector da Agricultura realiza através da monitoria permanente.

Do total das 1,994,538 pessoas em insegurança alimentar, o Governo de Moçambique e parceiros garante a assistência a um total de 1,845,541 pessoas afectadas no período de Novembro 2019 a Março de 2020, o que significa um défice de produtos para cobrir as outras **40 mil pessoas** cujas necessidades estão estimadas em **8,171 toneladas**. Ver Tabela 11.

Tabela 10: Bens alimentares necessários e disponíveis

Províncias	Nº Pessoas INSAN	Plano para assistência Out-Fev 2020			Quantidades Necessárias Sem Cobertura de Assistência (Défice) (Kg)				
		Governo	Total Parceiros	Total	Cereais	Feijão	Óleo	Sal	Total
Maputo Província	49 292	18 292	31 000	49 292	182 920	21 950	13 719	366	218 955
Gaza	274 292	80 398	193 894	274 292	803 980	96 478	60 299	1 608	962 364
Inhambane	79 160	3 000	76 160	79 160	30 000	3 600	2 250	60	35 910
Sub Total Sul	402 744	101 690	301 054	402 744	1 016 900	122 028	76 268	2 034	1 217 229
Sofala	579 219	52 343	526 876	579 219	523 430	62 812	39 257	1 047	626 546
Manica	133 086	9 086	124 000	133 086	90 860	10 903	6 815	182	108 759
Tete	288 578	183 578	105 000	288 578	1 835 780	220 294	137 684	3 672	2 197 429
Zambezia	338 838	238 838	100 000	338 838	2 388 380	286 606	179 129	4 777	2 858 891
Sub Total Centro	1 339 721	483 845	855 876	1 339 721	4 838 450	580 614	362 884	9 677	5 791 625
Nampula	40 425	40 425	0	40 425	404 250	48 510	30 319	809	483 887
Cabo Delgado	211 652	97 102	114 550	211 652	971 020	116 522	72 827	1 942	1 162 311
Sub Total Norte	252 077	97 102	114 550	211 652	971 020	116 522	72 827	1 942	1 162 311
Total	1 994 542	682 637	1 271 480	1 954 117	6 826 370	819 164	511 978	13 653	8 171 165

*Pacote alimentar- 333.333 grs de cereais; 40 grs de leguminosas; 25 grs de óleo/pessoa/dia = 50 Kgs de cereais; 6 kgs de feijão e 4 lts de óleo/família
 *Inclui somente as necessidades de assistência actuais confirmadas pelo SETSAN

6.2.2 Resposta à eventuais situações que possam ocorrer face ao Cenário II do PC

O Cenário II, escolhido como o mais provável na presente época chuvosa, estima em cerca de **1,823,873 pessoas** em risco de calamidades. Para o cálculo indicativo das necessidades de assistência alimentar considerou-se o seguinte: (i) existência de cerca de **626,970 mil** pessoas (potenciais afectados pela seca) abrangidas no cálculo da assistência face à situação actual de insegurança alimentar; (ii) o facto de que nem todas as pessoas em risco poderão ser afectadas e/ou necessitadas; (iii) Locais propensos as cheias onde já está a ser prestada assistência alimentar com recursos confirmados até ao mês de Março de 2020. Considerando os aspectos arrolados, estimou-se uma cifra de 25% do total das 600,000 pessoas em risco, que corresponde a **150,000 pessoas** adicionais que poderão necessitar de assistência em caso de um novo choque.

Do total de **150,000 pessoas** necessitadas, o Governo e parceiros de cooperação dispõe de produtos para assistir, com um pacote alimentar completo (100% de Kcalorias necessárias), cerca de **16,300 pessoas** em caso de emergência, havendo necessidade de se continuar a mobilizar recursos para completar a cobertura para as outras **133,700 de potenciais afectados**.

Do total de **150,000 pessoas** necessitadas, o Governo e parceiros de cooperação dispõe de produtos para assistir, cerca de **16,300 pessoas** havendo necessidade de se continuar a mobilizar recursos para completar a cobertura para as outras **133,700 de potenciais afectados**.

Tabela 11: Bens alimentares necessários e disponíveis para assistência alimentar

	Necessidade (ton)	Quant. Disponível (ton)			Défices (ton)
		Governo	Parceiros	Total	
Cereais	4 820	1 380	400	1 780	-3 040
Feijões	720	60	60	120	-600
Óleo	300	6	38	44	-256
Total	5 840	1 446	498	1 944	-3 896

6.3 Abrigo

O abrigo é um determinante crítico para a sobrevivência de pessoas afectadas no estágio inicial de uma emergência. O abrigo é necessário para providenciar segurança, protecção pessoal contra os eventos climáticos e promover resistência às possíveis doenças.

Em situação de emergência causada pelas cheias e ciclones, há sempre necessidade de providenciar abrigo para a população afectada. Os principais materiais usados no sector do abrigo são as tendas, lonas e *kit* de ferramentas para instalação das tendas/lonas. Outro recurso para o abrigo temporário são as salas de aulas localizadas em zonas seguras e que devem ser identificadas com antecedência como lugares de abrigos seguros. Contudo, a coordenação com o sector de educação é de extrema importância para evitar a paralisação das aulas.

Segundo a tabela abaixo, o stock de lonas e tendas disponíveis por parte do Governo e Parceiros pode cobrir 74 mil pessoas. A componente de abrigo regista um défice de **1 655 tendas familiares, 2399 tendas multiuso, e 3 734 lonas para cobertura entre outros – Ver tabela 13.**

Tabela 12: Bens necessários e existentes para abrigo temporário

	Nessecario	Disponivel			Deficit/Sup eravit
		Governo	Parceiros	Total/Dis	
Tendas de Familia	5 000	769	1 655	2 424	-2 576
Kits de Abrigo com Ferramenta	18 000	10 100	7 251	17 351	-649
kit Abrigo(Lonas 4x6m e 3 cordas de 10m)		611	0	611	611
Kits de Ferramenta	12 000	235	0	235	-11 765
R. Plástico (1x100m)	500	14582	0	14582	14 082
Tendas Comunitárias (Uni)	15 000	107	0	107	-14 893
Tendas Multiuso(Hip)	2 500	9253	0	9253	6 753
Lonas 7x12m/4x11m	10 000	0	0	0	-10 000
Lonas p Cobertura 4x5m	15 000	11597	6 266	17 863	2 863
Lonas 4x50m	3 000	2 086	0	2 086	-914
Lonas 4x6m p Chão de Tenda		70		70	70

Em termos de locais para servirem de centros de acomodação para abrigo temporário no caso de emergência, destaca se a existência de **5.330 salas de aulas, e 1.021 casas de culto** (ver tabela 14). A maioria das salas de aulas encontram se nas províncias de Nampula, Manica Sofala e Inhambane.

Tabela 13: Salas de Aulas e outros locais disponíveis para abrigo temporário

Local	Locais Para Abrigos Temporários									
	Escolas		Casas de Culto		Armazéns		Espaços P/ CA	Centros Comerciais		Campos de Futebol
	Sala Aulas	Latrinas anexa Escola	Casas de Culto	Latrinas anexas à ca. culto	Armazéns	Latrinas anexas ao Armazem		Centros	Latrinas anexa ao C. Comercial	
C. Delgado	372	275	47	0	17	0	0	0	0	0
Nampula	1 576	705	271		149		0	0	0	0
Zambézia	413	341	157		34		11	0	0	0
Tete	1335	55	0	0	0	0	0	0	0	0
Manica	1 454	395	122	0	11	0	0	0	591	0
Sofala	687	190	30	0	3	0	23	0	0	23
Imbane	629	239	145	206	18	11	0	0	0	0
Gaza	199	481	249	223	41	21	0	74	40	
Total	6 665	2 681	1 021	429	273	32	34	74	631	23

Além dos Centros de Acomodação existem pessoas que recorrem à famílias de acolhimento, reduzindo significativamente a pressão nos Centros de Acomodação. Contudo este acto de solidariedade implica uma sobrecarga para as famílias de acolhimento. Deste modo há necessidade de potenciar a assistência aos afectados abrigados nestas famílias.

6.4 Educação

Em caso de cheias e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aulas privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aulas (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com eventos de cheias, ciclones e ventos. Por forma a garantir a continuidade das aulas em zonas afectadas por estes eventos, normalmente são necessárias, tendas escola, material para os alunos, professores e equipamentos escolar.

Segundo a tabela abaixo, há uma disponibilidade significativa de tendas escola e quadros, mas por outro lado observa-se um défice em kits de aluno, kits de professor.

Tabela 14: Meios necessários e existentes para resposta no Sector da Educação

Produto	Necessário	Disponível			Deficit/ Superavit
		Governo	Parceiros	Total/Dis	
Tendas Escolas 72m2	4 429	39	0	39	-4 390
Kit Administrativo	4 379	39	190	229	-4 150
Kits Professor	22 176	9 153	0	9153	-13 023
Kits de Aluno	904 583	4 246	30000	34246	-870 337
Lonas	14 711	40	1900	1940	-12 771
Kits de Apoio Psicosocial	14 500	12 000	0	12000	-2 500
Quadros portáteis	4500	33	190	223	-4 277

6.5 Água e Saneamento

Tendo em conta as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2019/20, o sector de Abastecimento de Água e Saneamento, prevê que possam surgir na decorrência de queda excessiva de chuva a necessidade de acomodar as pessoas afectadas em centros de acomodação temporária e ou de trânsito. Sendo assim, será necessário prover condições básicas para providenciar água em quantidade e qualidade necessária e serviços de saneamento básico (latrinas/sanitários – lajes plásticas) e outros matérias arrolados na tabela nº 16.

Tabela 15: Meios Necessários e Disponíveis - Água

Produto	Nesseccario	Disponível			Deficet/Superavit
		Governo	Parceiros	Total/Dis	
Tanques Rígidos	182		68	68	-114
Tanques flexíveis	182		98	98	-84
Tanques Rígidos 1x1000 litros		68		68	68
Tanque 1x5000 litros		65		65	65
Bidões(Jerricans 1x20l)	12000	2156	1528	3 684	-8 316
Bidões(Jerricans1x10l)	20 316		0	0	-20 316
Baldes Plásticos c/ tampa	20 316		1645	1 645	-18 671
Baldes Plásticos 20l	12 000	6 754	2135	8 889	-3 111
Cloro(saquetas de 4 g)	120 000		177000	177 000	57 000
Certeza(Frascos 150ml)	120 000		19000	19 000	-101 000
Hipo cloreto de Sódio (25 kg)			48156	48 156	48 156
ETA (Móvel)	10	2	0	2	-8
filtro de agua	120 000		189	189	-119 811
Motobombas	16		7	7	-9
Kit de Teste de Agua Portátil	6		7	7	1

Em termos de utensílios domésticos e outras utilidades para apoio às famílias mais necessitadas e alojadas nos Centros de acomodação, regista-se um défice de cerca de **61mil kits** de dignidade e um pouco mais de **100 mil unidades** de sabão, entre outros itens constantes da **tabela 17**.

Tabela 16: Meios Necessários e Disponíveis - Saneamento

Produto	Nesseccario	Disponível			Défice/ Superavit
		Governo	Parceiros	Total/Dis	
Kit Dignidade	66 000	0	4 352	4 352	61 648
Kit de Higiene	12 000		4 336	4 336	7 664
Lajes Plásticas p Latrinas	600	2 245	4 260	6 505	-5 905
Kits de Latrinas com Laje e Lona		145	0	145	-145
Ancinhos		33	212	245	-245
Pas		92	190	282	-282
Enxada		94	0	94	-94
Sabão (unidades)	120 000	1 998	2 417	4 415	115 585
R. Plástico (1x50m)		1 458	0	1 458	-1 458
Rolo Plástico p Latrina (4x50m)	50		735	735	-685
Rolo Plástico p Latrina (1x100m)	50	0	189	189	-139
Pulverizadores		0	35	35	-35

Há igualmente meios disponíveis para o saneamento, sendo de destacar, lajes, rolos plasticos para a construção de latrinas, entre outros materiais constantes da **tabela 18**.

Tabela 17: Utensílios Domésticos Necessário e disponíveis

Produto	Necessário	Disponível			Deficit/ Superavit
		Governo	Parceiros	Total/Dis	
Kits de Cozinha	30 000	577	9 889	10 466	-19 534
Kit Higiene (Sanitário)	30 000	1 000	3 600	4 600	-25 400
Kits Familiares	30 000	500	3 600	4 100	-25 900
Kit de Dignidade	18 000	-	3 600	3 600	-14 400
Bacias	1 000	207	0	207	-793
Pratos	18 000	-	2 000	2 000	-16 000
Copos/Púcaros	18 000	200	2 000	2 200	-15 800
Mantas	18 000	-	5 694	5 694	-12 306
Colchoes	10 000	8 304	0	8 304	-1 696
Esteras Plásticas	3 000	-	2 240	2 240	-760

6.6 Materiais Necessários e disponíveis no Sector da Saúde

A tabela abaixo apresenta os materiais necessários para fazer face a resposta no sector da saúde. Os materiais de saúde abaixo listados serão utilizados para contenção e tratamento de doenças hídras, provisão de serviços de saúde no caso de unidades sanitárias que possam ser afectadas e prevenção da Malaria através de distribuição de redes mosquiteiras.

Tabela 18: Material de Saúde necessário e disponível

Sector	Necessidades	Bens Disponíveis/Existentes		
		Gov	Parc	Total no País
Tenda Hospitalar (24m2 e 72 m2)	30	0	52	52
Cama Metálica cólera	300	0	150	150
kit para tratamento de doenças diarreicas incluído cólera	3	0	65	65
Kit Interação (Kit A) para tratamento de doenças gerais (1 kit/1000 Pes/3meses)	600	0	22	22
Kit de antimaláricos	75,000	0	4	4
Testes rápidos	150,000	0	0	0
Redes Mosquiteiras	60,000	0	6,000	6,000

Em relação ao Estado Nutricional prevê-se que conforme os cenários do presente plano, os números de crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda que deverão ser tratadas varie entre 8.375 (cenário I do presente plano) a 16,153 (cenário III do presente plano). Para o cenário II estima-se que 14,329 crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda que precisarão de assistência. A estimativa de crianças com desnutrição aguda foi feita com base na % de crianças menores de 5 anos segundo o CENSO (16.4%) e a prevalência de desnutrição aguda segundo o relatório do SETSAN publicado em Junho 2019. Em termos de stock de leites terapêuticos e outros suplementos nutricionais disponível para pré-posicionamento, existem 450 embalagens de F75 400gr, 150 de F100 400gr e 9,800 embalagens de Plumpy nut.

Tabela 19: Material de Saúde/Nutrição necessário e disponível

Sector	Necessidades	Bens Disponíveis/Existentes		
		Gov	Parc	Total no País
Racao BP -5	6,000	0	0	0
Leite Terapêutico F75 400gr	750	0	450	450
Leite Terapêutico F100400gr	250	0	150	150
PLUMPY NUT, 150 x 92g	6000	0	9800	9800
ASPU-Alimento Pronto a Usar	10,000	0	0	0

6.7 Agricultura

Para fazer face a possíveis desastres acima mencionados, o MASA a nível central, estima em cerca de **340 milhões de Meticais**, valor necessário para garantir a recuperação no sector agrário com enfoque para os produtores mais vulneráveis. Ver tabela 21.

Tabela 20: Necessidades para resposta no sector da Agricultura

Sector	Bens Necessários	Custo Total (10 ³ Mz)
Insumos	Sementes e instrumentos	270.000,00
Sanidade Vegetal	Pesticidas, armadilhas, etc	12.211,00
Sanidade Animal	Drogas e Vacinas	54.067,00
Monitoria e Avaliação		3.300,00
Total		339.578,00

6.8 Processo de Aquisição de Matérias Adicionais Para a Cobertura do Déficit

Na fase de Prontidão foram previamente lançados concursos para Aquisição de bens para o reforço dos Stocks disponíveis e Pré posicionamento de Bens de Assistência Humanitária para resposta a ocorrência de Inundações, Cheias e Ciclones na fase inicial, com a cobertura estimada para:

Tabela 21: Bens diversos em aquisição

Nº	Item/Produto	Q (Unidades)	Pessoas Cobertura	Custo Estimado
1	Tendas Abrigo	1500	7,500	75,000,000.00
2	Kits de Abrigo	3,500	17,500	10,500,000.00
2	Lonas 4x6m	3,000	15,000	3,600,000.00
3	Tendas Comunitárias	10	400	2,000,000.00
4	Baldes Plásticos e Jerricans	3,000	15,000	600,000.00
5	Certeza	3000	15,000	45,000.00
8	Lajes Plásticas	1200	12,000	1,080,000.00
9	Kits de Ferramenta*	500	5,000	250,000.00
10	Rolo Plástico (1x50m)	500	2,083	1,000,000.00
11	Mantas	2500	7,500	1,000,000.00
12	Kits Higiene e/ou dignidade	2500	5,000	3,750,000.00
13	Kits de Cozinha	2500	7,500	4,500,000.00
14	Farinha de Milho	500	100,000	22,500,000.00
16	Arroz Corrente	500		30,000,000.00
17	Feijão Manteiga	60		4,800,000.00
18	Açúcar Castanho	10		600,000.00
19	Sal de Cozinha	10		250,000.00
20	Oleo Alimentar	6000		690,000.00
Total				

7. Recursos Financeiros Necessários e Disponíveis

7.1 Orçamento Global do Plano de Contingência por Cenários

O Orçamento do Plano é apresentado em função dos cenários da população em risco acima descritos e está desagregado por sectores, por províncias, e um agregado dos distritos de maior risco em cada província. Foram considerados como base no cálculo do orçamento, três aspectos para responder o défice, designadamente:

- (i) As actividades previstas nos períodos de prontidão, resposta e recuperação como: **operações de busca e salvamento, gestão de centros de acomodação temporária, pré-posicionamento de meios;**
- (ii) A necessidade de aquisição de produtos alimentares e outros materiais em défice;
- (iii) A necessidade de cobrir as despesas com a logística e manuseamento de carga,
- (iv) A monitoria permanente dos eventos, para além de operacionalização de todo o sistema de coordenação.

Neste sentido, o Cenário I do PC 2019/2020 está estimado em cerca de **1.2 milhões de meticais, o cenário II, em cerca de 2.1 mil milhões e o cenário III, em cerca de 2.7 mil milhões.**

No geral, o orçamento previsto apresenta-se mais elevado em todos os cenários, se comparados com os do plano anterior (2018-2019). Esta variação para cima é devido ao facto da prevalência da insegurança alimentar derivada pela ocorrência dos ciclones Idai e Kenneth, cheias em algumas bacias hidrográficas e a seca na zona sul do País.

Tabela 22: Resumo do Orçamento Global por Cenários (10³ MZN)

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Distritos	25 550.68	70 497.43	69 667.95
SP	513.97	750.00	563.97
INGC	467 176.34	994 359.70	1 427 782.67
MASA	221 266.34	303 088.14	407 189.38
MOPHRH	174 490.87	81 671.47	33 275.59
MINEDH	7 461.09	11 610.08	13 166.07
MISAU	35 560.81	82 533.46	123 407.60
MGCAS	8 568.67	10 576.64	11 798.86
MITADER	10 715.34	19 318.03	27 376.35
GABINFO/ICS	2 775.00	2 360.00	3 719.10
MTC	11 146.49	19 739.22	30 888.16
MIC	6 205.45	9 984.19	10 687.53
MINT	1 504.39	2 331.60	2 694.28
MDN	4 076.32	5 813.96	8 192.35
MIREM	219 684.21	480 849.93	550 314.37
MMAIP	2 258.80	4 361.14	4 461.21
MCTESTP	1 099.27	2 490.32	2 995.17
MEF/INE	1 200.00	1 300.00	1 400.00
Total	1 201 254.02	2 103 635.31	2 729 580.62

7.2 Estimativa de Custos para Logística, Manuseamento e Monitoria

O Orçamento apresentado na tabela acima não inclui os custos inerentes ao manuseamento, logística, transporte de bens para assistência humanitária e ações de monitoria durante toda a época chuvosa, estimados em **297.800.000,00** meticais e detalhado na tabela 24.

Tabela 24: Custos inerentes à logística e Monitoria (10³ MZN)

Item	Regiões			Valor estimado
	Sul	Centro	Norte	
Combustível e Lubrificantes-Monitoria e avaliação	3 000.00	1 500.00	1 000.00	5 500.00
Monitoria e coordenação (passagens e aéreas e outros consumíveis)	2 000.00	10 000.00	3 000.00	15 000.00
Aluguer de meios aéreos	20 000.00	20 000.00		40 000.00
Desembaraço aduaneiro da ajuda externa	14 000.00	5 000.00	1 000.00	20 000.00
Despesas aeroportuárias (taxas de voo, manuseamento, armazenagem e scan aeroportuária)	1 000.00	500.00	300.00	1 800.00
Manuseamento e conservação de carga (estivas, carregamento e descarregamento, fumigação, controle de pragas, e de incêndios)	5 000.00	4 000.00	1 500.00	10 500.00
Combustível e Lubrificantes para meios aéreos, fluviais e terrestre	8 000.00	5 000.00	2 000.00	15 000.00
Transporte de Carga (aluguer de camiões)	100 000.00	45 000.00	45 000.00	190 000.00
Total	153 000.00	91 000.00	53 800.00	297 800.00

7.3 Orçamento Disponível

No âmbito do Decreto que cria o Fundo de Gestão de Calamidades e que fixa **0,1% do Orçamento o Estado**, está projectada a alocação de pelo menos **300 milhões** de Meticais, como contribuição do Governo, para operacionalização do Plano de Contingência 2019/2020. Adicionalmente, o Banco Mundial, no âmbito do projecto de Gestão do Risco de Desastres e Resiliência, dispõe de **540 milhões** de meticais para 2020, elevando para **840 milhões** de meticais os fundos disponíveis para o presente Plano de Contingência.

Assim, o orçamento global projectado para responder aos eventos previstos no Cenário II, incluindo a monitoria, logística, manuseamento e transporte de bens para assistência humanitária, é de cerca **2.1 mil milhões de meticais**, o que ilustra que há défice de **1.2 mil milhões meticais** que deverão ser mobilizados junto dos parceiros de cooperação.

Os recursos disponíveis e alocados ao FGC destinam-se exclusivamente ao financiamento das actividades do **reforço da Prontidão, Resposta e Recuperação**, nomeadamente:

- Prontidão e resposta às calamidades, que incluem medidas de reforço da prontidão, operações de busca e salvamento, distribuição de bens de apoio nos centros de acomodação, recuperação pós calamidades;
- Iniciativas dos Órgãos locais do Estado, orientados para o reforço da prontidão e da capacidade de resposta e de recuperação às calamidades junto das comunidades.

Os **beneficiários do FGC** são as Instituições do Estado directamente ligadas à prontidão, resposta pós-calamidades no quadro da implementação do Plano Anual de Contingência.

O orçamento acima apresentado, não inclui a componente de estradas que tem um tratamento específico. O Sector dispõe de cerca de **24.765.000,00Mt** para a realização de obras de emergência durante a presente época chuvosa.

8. Mecanismos de Coordenação, Revisão e Monitoria

8.1 Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC)

O CCGC é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais. O CCGC tem como responsabilidade garantir a coordenação das operações de emergência e a implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais.

8.2 Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)

O CTGC é dirigido pelo Director Geral do INGC e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades. O CTGC tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de aviso prévio sobre iminência de desastres de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a implementação multisectorial dos diversos planos no âmbito da redução da vulnerabilidade e risco de calamidades. Podem ser convidados para o CTGC representantes da HCT e do sector privado.

8.3 Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE)

O CENOE é uma estrutura de coordenação multisectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres. O objectivo do CENOE é implementar acções de prevenção, mitigação e resposta às calamidades, incluindo monitoria dos eventos extremos e gestão das operações de emergência.

O CENOE é coordenado pelo INGC e tem a sua sede em Maputo e representações operacionais em Vilanculos (Inhambane), Caia (Sofala) e Nacala (Nampula). Nas províncias, os Centros Operativos de Emergências (COEs) representam o desdobramento do CENOE.

A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência Humanitária.

8.4 Sectores do CENOE: Papeis e Responsabilidades

O CENOE está subdividido em quatro sectores principais, a destacar: (i) *Planificação e Informação*, liderado pelo Ministério da Economia e Finanças (ii) *Infra-estruturas*, liderado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, (iii) *Social*, liderado pelo Ministério da Saúde e (iv) *Comunicação*, liderado pelo Gabinete de Informação. Cabe a cada um dos sectores:

- Liderar os respectivos sectores em todo o processo de gestão de calamidades;
- Elaborar de forma atempada e operacionalizar os planos de respostas;
- Assegurar a participação e colaboração activa das contrapartes sectoriais da HCT na coordenação e implementação da resposta;
- Partilhar de informação entre os sectores sobre as acções de resposta as emergências;

- Realizar avaliações multissetoriais das operações de emergência, assistência humanitária e reconstrução pós-emergência;
- Elaborar os relatórios balanços sectoriais pós emergência.

8.5 Complementaridade das acções da Equipe Humanitária Nacional (HCT)

A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente *Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial*.

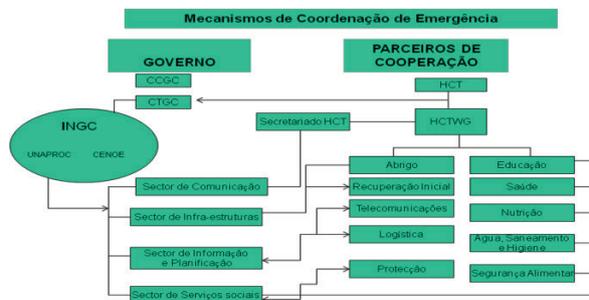
Estes grupos estão integrados nos quatro sectores do CENOE (Planificação e Informação, Infra-estruturas, Social e Comunicação) e estão alinhados com as respectivas contrapartes ministeriais. O alinhamento contribui para redução da duplicação de esforços e de recursos bem como para maximização do uso eficiente dos recursos e a preservação dos direitos e dignidade das populações afectadas e sua participação ao longo de todo o processo de gestão de calamidades.

A nível provincial, foi institucionalizado o papel do ponto focal da HCT como uma prática e um mecanismo de coordenação da resposta a este nível. O ponto focal provincial do HCT representa o coordenador do HCT a nível provincial e é encarregado de apoiar e facilitar a coordenação com as autoridades do Governo na província através da coordenação sectorial/cluster, incluindo a coordenação com o INGC e entre os actores humanitários para complementar os esforços da resposta a emergência.

A HCT, através dos seus sectores, tem providenciado apoio técnico, material e financeiro de modo a aumentar a capacidade de resposta dos sectores do Governo, observando os padrões internacionais e princípios humanitários que regem a gestão e resposta a situações de emergência.

Na perspectiva de garantir um alinhamento entre as acções planificadas pelo Governo e o apoio dos parceiros de cooperação, foram integrados nos sectores do Governo os meios humanos e materiais existentes bem como o tipo de intervenção a ser efectuada nos períodos de *prontidão, resposta e recuperação*.

Tabela 23: Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária



Anexo I: População em Risco- Cenário II

Províncias	Cenário I	Bacias Hidrográficas em Risco															Risco de Ciclones	Total do Cenário II									
		Maputo	Umbeluzi	Incomati	Save	Inhanombe	Mutamba	Búzi	Pungue	Zambeze	Namacurra	Licungo	Raranga	Meluli	Monapo	Ligonha			Mecuburi	Lurio	Megaruma	Montepuez	Messalo	Rovuma			
Niassa	7 450																	1 200					2 700	3 900	0	11 350	
Cabo Delgado	34 820																		4 407	4 750	5 200	1 000		15 357	28 200	78 377	
Nampula	32 750												18 301	14 762	4 708	13 314	1 938							59 273	138 149	230 172	
Zambezia	66 208																							87 962	119 922	274 092	
Tete	173 387																							10 363	0	183 750	
Manica	79 499																							11 437	464	91 400	
Sofala	99 784																							73 236	58 581	231 601	
Inhamitanga	72 995																							4 707	33 156	110 858	
Gaza	269 922																								2 154	3 440	275 516
Maputo Prov.	71 600																								7 800	6 400	85 800
Maputo Cidade	37 192																								0	7 694	44 886
Total	945 607	1 200	600	7 227	7 489	1 987	850	18 416	25 589	72 185	6 250	59 483	717	18 301	14 762	5 298	13 314	4 464	4 407	4 750	5 200	3 700	276 189	396 006	1 617 802		

Anexo II – Cenário I do Orçamento do PC

Nível Central	Distrito	SP	INGC	MASA		MOPIRH		MINEDH	MISAU	MGCAS	MITADER	GABINFO		MTC		MIC	MINT		MDN	MIREM	MMAIP	MCTESTP	MEF	TOTAL
				Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total					ICS	INAM	MTC	Sb-total		PRM	Sb-total						
			432 391	170 737	142 168	702	23 326	3 000	3 261	800	4 474	1 400	5 874	3 930	1 186	2 500	212 042	230	0	1 000	1 001 962			
Nível Provincial	Distrito	SP		Sub-total		DPEDH	DPS	DPGCA	DPTADER	Delg Prov	DPTC		DPIC	PRM	FADM	DPRME	DPMAI	DPCTESTP	DPEF					
Maputo C.	0	0	130	446	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	576	
Maputo Prov.	2 100	100	2 900	1 302	2 300	200	600	325	500	350	0	0	350	100	100	5 400	0	100	0	0	0	100	0	16 627
Graza	1 430	0	8 395	1 334	1 00	80	80	85	200	100	40	0	40	200	200	0	0	0	0	0	0	0	0	12 144
Inhambane	1 550	0	2 921	8 164	0	1 491	2 000	1 890	859	0	769	450	1 219	420	0	146	810	540	0	0	0	0	0	22 010
Sofala	1 336	414	2 140	853	1 151	222	1 450	900	313	310	292	281	574	106	189	760	375	0	200	0	0	0	200	11 293
Manica	1 727	0	750	1 139	1 325	90	575	90	425	375	185	0	185	300	60	170	0	0	0	0	0	0	0	7 211
Zambezia	2 532	0	7 250	1 618	769	658	551	500	510	0	0	200	200	200	120	350	200	0	0	0	0	0	0	15 578
Tete	1 600	0	3 000	28 991	20 280	468	3 529	300	772	0	0	0	0	159	50	286	183	0	0	0	0	0	0	59 620
Nampula	3 650	0	3 800	1 567	4 098	1 550	1 350	560	275	540	580	150	730	40	135	130	10	0	0	0	0	0	0	18 634
Cabo Delgado	7 495	0	2 500	3 606	1 000	400	500	418	3 000	100	2 000	150	2 150	400	550	400	100	459	0	0	0	0	0	24 335
Niassa	2 130	0	1 000	1 510	1 300	1 600	1 600	500	600	200	75	100	175	200	100	0	0	0	0	0	0	0	0	11 265
Sub Total	25 551	514	34 785	50 529	32 323	6 759	12 235	5 569	7 454	1 975	3 941	5 272	2 275	1 504	1 576	7 642	2 029	1 099	200	1 999	200	1 999	1 999 292	
Total Geral	25 551	514	467 176	221 266	174 491	7 461	35 561	8 569	10 715	2 775	8 415	11 146	6 205	2 690	4 076	219 684	2 259	1 099	1 200	1 201 254				

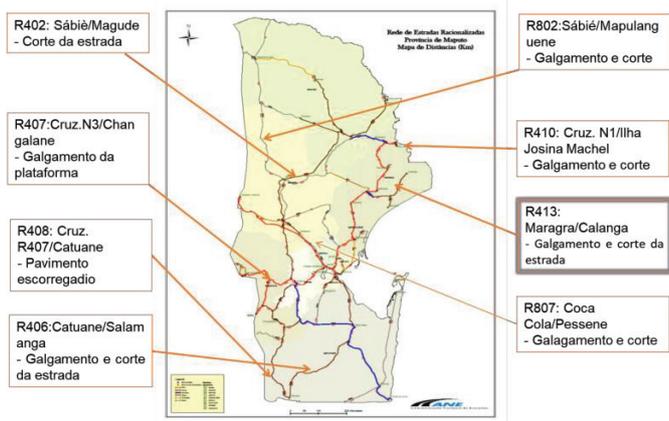
Anexo III – Cenário II do Orçamento do PC

Nível Central	Distrito	SP	INGC	MASA		MOPHRH		MINEDH	MISAU	MGCAS	MITADER	GABINFC	MTC		MIC	MINT		MDN	MIREM	MMAIP	MCTESTF	MEF	MID	TOTAL
				Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total						PRM	SENSAL		Sb-total	FADM							
			946 387	240 397	4 536	819	58 314	3 500	7 846	910	8 795	2 100	10 894	6 263	1 733	2 700	477 093	290	1 200					1 761 144
Nível Provincial	Distrito	SP																						
Maputo C.			1 442	452	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 900
Maputo Prov.	4 600	200	6 259	1 814	4 680	1 400	1 950	375	500	0	200	0	200	350	100	0	850	0	100	0	0	0	0	23 370
Gaza	13 000	0	6 000	2 113	6 881	800	1 529	2 000	200	100	0	0	100	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31 020
Inhambane	0	0	2 777	12 853	9 572	2 208	2 560	1 763	724	0	880	870	1 750	731	0	0	1 000	891	844	0	0	0	0	37 670
Sofala	2 128	500	3 290	2 551	2 642	1 549	2 683	1 646	626	450	292	466	76	120	340	0	461	647	0	0	0	0	0	20 390
Manica	2 413	0	385	688	0	65	225	35	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 060
Zambezia	0	0	8 600	2 282	5 800	1 300	1 400	687	850	0	730	0	730	400	375	375	620	750	650	0	0	0	0	24 820
Tete	22 124	0	6 000	29 007	38 076	468	3 529	300	772	0	0	0	355	155	360	0	294	183	0	0	0	0	0	101 630
Nampula	5 110	0	5 320	2 367	5 090	1 200	650	610	550	600	750	300	1 050	560	250	0	880	550	0	0	0	0	0	25 160
Cabo Delgado	18 644	50	6 000	6 624	2 800	600	7 897	960	6 000	300	3 000	700	3 700	801	701	70	2 355	500	200	1 000	0	0	0	59 130
Niassa	2 471	0	1 900	1 093	1 600	1 200	1 800	500	1 000	0	200	0	200	500	200	0	0	0	0	0	0	0	0	13 300
Sub Total	70 497	750	47 973	62 693	77 142	10 791	24 219	7 077	11 472	1 450	6 153	2 697	8 844	3 723	2 332	3 114	3 751	4 070	2 490	10	1 300	0	342 480	
Total Geral	70 497	750	994 360	303 088	81 671	11 610	82 533	10 577	19 318	2 360	14 948	4 790	19 730	9 982	4 060	5 811	480 851	4 360	2 490	1 300	0	0	2 103 630	

Anexo IV – Cenário III do Orçamento do PC

Nível Central	Distrito	SP	INGC	MASA		MOPHRH		MINEDH	MISAU	MGCAS	MITADER	GABINFC		MTC			MIC	MINT		MDN	MIREM	MMAIP	MCTESTP	MEF	TOTAL
				Sub-total	Sub-total	Sub total	Sub-total					INAM	MTC	Sb-total	PRM	Sb-total									
			1 378 779	378 794	3 301	1 053	97 191	4 000	12 498	1 120	19 093	3 500	22 593	7 268	2 135	4 500	540 960	998	0	1 400	2 454 453				
Nível Provincial	Distrito	SP		Sub-total		DPEDH	DPS	DPGCAS	DPTADER	Delig Prov I	Delig Pr	DPTIC		PRM	Sb-total	FADM	DPRME	DPMMAIP	DPCTESTP	DPEF					
Maputo C.	0	0	1 956	482	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 439	
Maputo Prov.	5 586	100	5 510	2 145	3 580	380	1 330	400	950	665	0	0	0	0	100	100	5 400	0	100	0	0	0	0	0	26 246
Gaza	2 365	0	5 750	2 478	1 700	1 200	930	400	400	200	200	0	200	412	432	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16 467
Inhambane	3 359	0	3 597	4 243	6 104	2 988	3 423	2 990	898	0	981	809	1 789	888	200	0	1 270	900	935	0	0	0	0	0	33 583
Sofala	5 182	414	2 961	1 872	1 901	573	1 317	646	313	208	292	208	500	160	309	0	876	613	0	0	0	0	0	0	17 846
Manica	1 727	0	109	632	0	67	175	25	130	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	2 900
Zambezia	4 949	0	10 500	2 400	2 673	1 650	3 147	938	3 180	0	930	0	930	360	470	450	670	720	960	0	0	0	0	0	33 998
Tete	8 986	0	2 500	2 955	3 112	468	3 529	300	772	0	0	353	353	159	68	0	294	183	0	0	0	0	0	0	23 680
Nampula	9 709	0	7 220	2 472	6 365	2 945	2 565	690	523	1 026	800	150	950	40	115	190	45	250	0	0	0	0	0	0	35 104
Cabo Delgado	24 915	50	7 000	6 749	2 841	642	8 000	910	6 713	500	3 110	263	3 373	901	800	3 052	800	250	1 000	0	0	0	0	0	68 495
Niassa	2 890	0	1 900	1 967	1 700	1 200	1 800	500	1 000	0	200	0	200	500	200	0	0	512	0	0	0	0	0	0	14 369
Sub Total	69 668	564	49 004	28 395	29 975	12 113	26 217	7 799	14 878	2 599	6 513	1 782	8 295	3 420	2 694	3 692	9 355	3 463	2 995	0	0	0	0	0	275 127
Total Geral	69 668	564	1 427 783	407 189	33 276	13 166	123 408	11 799	27 376	3 719	25 606	5 282	30 888	10 688	4 829	8 192	550 314	4 461	2 995	1 400	0	0	0	0	2 729 581

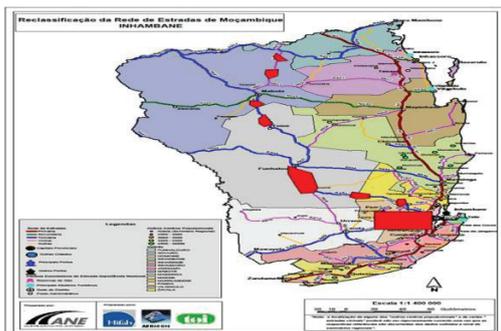
Anexo V : Estradas em risco na província de Maputo



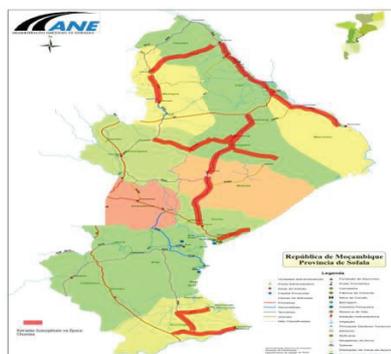
Anexo II: Estradas em risco na província de Gaza



Anexo VI: Estradas em risco na província de Inhambane



Anexo VII: Estradas em risco na província de Sofala

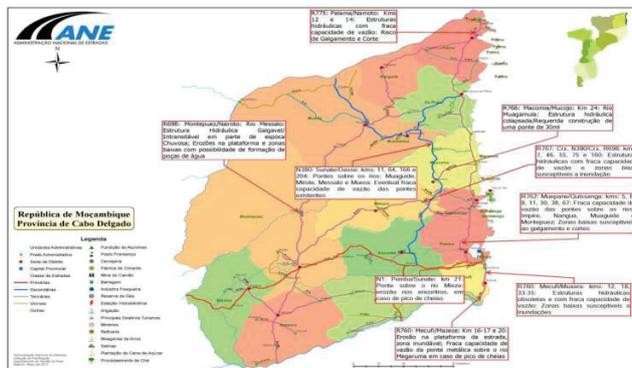


N282 Dondo/ Matondo
N283 Marromeu / Caia
N283 Caia/Chemba
R565 Maringue/Chemba
R560/561 Crz. N1 / Machanga
R560/562 Machanga / Divinhe
R1003 Crz. N6 / Savane
N/C Crz. R 1003/ Sengo
N/C Crz. N282 / Maciamboza
R1001 Casa Banana / Inhaminga

Anexo X: Estradas em risco na província da Nampula



Anexo XI: Estradas em risco na província de Cabo Delgado



Anexo XII: Lista De Contactos - Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (Nível Central)

1	Augusta Maita	DG-INGC	823078804	augusta_mait@yahoo.com.br
2	Casimiro Abreu	INGC	823013259	casimiroabreu76@gmail.com
3	António Maurice	MDN	82-7393629	antonio.maurice@yahoo.com.br
4	Cesar Macuacua	MOPHRH - ANE		
5	Nilton Trindade	MOPHRH-DNAAS	82-3181210	nilton_trindade@yahoo.com
6	Sofia Santos	MOPHRH-DNHU		santos.sofia6@gmail.com
7	Messias Macie	MOPHRH-DNGRH	82-31 06730	m.macie@dngrh.gov.mz
8	Cristina Matusse	MEF	824630190	cristinamatusse72@gmail.com
9	Benigna Maia	MISAU	843116547	bmaia69@yahoo.com.br
10	Pedro Dzucule	MASA-DNSA	848931302	pdzucula@yahoo.com.br
11	Abdul Issufo	MINT-SENSAP	82-45 08 100	abalissufo@yahoo.com.br
12	Ivaldo Quincardete	MINEDH	823841300	ivaldo.quincardete@mined.gov.mz
13	Antonio Grachane	MINEDH		
	Ivaldo Quincardete	MINEDH - DAT	823841300	ivaldo.quincardete@mined.gov.mz
15	Adérito Wetela	MITADER	842173507	awetelamz@yahoo.com.br
	Castigo Filimone	MGCAS	845382801	castigomassinga@yahoo.com.br
16	Maria da Gloria B. Siaca	INAS - MGCAS	82-8737510	glorysiaca@gmail.com
17	Zulmira Augusto Macamo	MIC - DNCI	843023538	estrelamacamo@gmail.com
18	Vasco Lino	MTC	823151170	vasco2010lino@gmail.com
19	Adérito Aramuge	MTC - INAM	825816940	acelso73@yahoo.com
20	Sofia Ilale	MTC-ICS	823026329	ilale_sofia@hotmail.com
21	Isac Matola	MINEC	82-3101760	isacmatola28@gmail.com
22	João Manasses	GABINFO	824355200	manassesjoao@yahoo.com.br
23	Fernando Momade	MMAIP- IDEPA/Pescas	823067159	fernandomomade2000@yahoo.com.br
24	Fernando Mubai	AT- Alfandegas	845450172	fmubai@at.gov.mz
25	Pascoal Bacela	MIREME - DNE	823108870	pbacela1@gmail.com
26	Adriano Sênvano	MIREME - DNINM	823216400	eng.valoi2010@gmail.com
28	Antonio Pacheco	SETSAN	840284825	pacehecoleo69@yahoo.com.br

Anexo XIII: Lista de Contactos ao nível das províncias

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Mazalo	Provincial	Maputo Província	822222000	843007272	dinanelo@hotmail.com
Rocha Nuvunga	Delegado Provincial	Maputo Província	823300296	8433002969	rocherounuvunga@yahoo.com.br
Wilson Manhique	Oficial de Informação	Maputo Província	824474850	848903763	wmanhique@gmail.com
Bonifacio Amanza	Oficial de Informação	Maputo Província	824106558	8460655541	bamanze2010@gmail.com
Wilson Manhique	Técnico	Maputo Província	824474850	848903763	wmanhique@gmail.com

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Samuel Antonio Buanar	Secretario (a) Provincial	Gaza	823082981		Samuelantoniobuanar1@gmail.com
Manuel Afonso Maxlhaieie	Delegado Provincial	INGC- Gaza	828629200	848629200	Maxlhaieie@hotmail.com
Flávio Aires Jone	Oficial de Informação	INGC- Gaza		845287040	airesjone11@gmail.com
Marcelino Guirruta	Oficial de Informação	INGC- Gaza		840199937	guirruta.marcelino@gmail.com
Amancio Augusto Mueio	Chefe do Departamento Técnico	INGC- Gaza	827992610		amueioaug@gmail.com

NOME	FUNCAO	Local	CONTACTO		
			MCEL	VODA	MOVITEL
Ricardo Antonio Nhacuongue	Secretário (a) Provincial	Inhambane	824045480		
Candido Sinai Mapute	Delegado Provincial	Inhambane		840100002	
Zacarias Bernardo B. Mauia	Oficial de Informação	Inhambane			864015869
Bartolomeu Estevaeo Guambe	Chefe do Departamento Técnico	Inhambane		840615628	

NOME	FUNÇÃO		CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Rui Manuel Nanlipa	Secretário (a) Provincial	Sofala	824788880		
Paulo Luis Tomas	Delegado Provincial	Sofala	826851132	843624463	paulo.tomas2011@gmail.com
Aristides Paulino Armando	Oficial de Informação	Sofala	827061324	847610517	aristides.armando@gmail.com
Augusto Manuel Augusto	Chefe do Departamento Técnico	Sofala	822572981	842175753	augusto.augusto108@gmail.com

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Lina Portugal	Secretário (a) Provincial	Tete			portugal@gmail.com
Joaquim Fernando Curipa	Delegado Provincial	INGC-Tete	827520077		jkuripa2008yahoo.com.br
Hortêncio Aly	Oficial de Informação	INGC-Tete	822913420	843931900	hortaly@gmail.com
Ana da Conceicao João Mutaca	Oficial de Informação	INGC-Tete	825959100	849357760	anamutaca@gmail.com
Teresa Francisco Jeque	Chefe do Departamento Técnico	INGC-Tete	827495752	840221593	tjeque5@gmail.com

CONTACTOS NIVEL PROVINCIAL					
NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Francisca C. Maluana	Secretário (a) Provincial	Manica	827298149		damiless.chica@gmail.com / spmanica@gmail.com
Teixeira C. Almeida	Delegado Provincial	INGC - Manica	825475724	846589395	almeidateixeira83@gmail.com
Borges I. Viagem	Chefe do Departamento Técnico	INGC - Manica	827926947	847264340	viagem.borges@gmail.com
Cremildo Quembo	Oficial de Informação	INGC - Manica		847450140	cremildoquembo@gmail.com
Saraiva Tome	Tecnico Formador	INGC - Manica	827211873	844216487	saraivatome82@gmail.com
Vernito J.P. Gongá	Tecnico de Planificação	INGC - Manica	824095426	844386223	
Sergio Tambo	Tecnico de Mapeamento	INGC - Manica	825805579		vernitogonga1@gmail.com

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Julio Ambali Mendes	Secretário Permanente Provincial	Zambézia		845383545	juliocondes2000@yahoo.com.br
Maria Madalena Luciano	Delegada Provincial	INGC - Zambézia		845372073	madluciano@hotmail.com
Pincho William Pincho Mundai	Oficial de Informação	INGC - Zambézia		846146886	pinchomundai@gmail.com
Milton Celso Barbosa da Silva	Chefe do Depart. Técnico	INGC - Zambézia	826864980	846687344	mcelsobs@gmail.com

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Veronica Ernesto Langa	Secretário (a) Provincial	Nampula	824222530		veronica.langa@yahoo.com.br
Alberto Armando	Delegado Provincial	INGC-Nampula	826525910	845809007	albearmando@gmail.com
Ali Omar	Oficial de Informação	INGC-Nampula	822171100	840657669	ali.omarys09@gmail.com
Maria Isabel J. Cavo	Chefe do Departamento Técnico	INGC-Nampula	826939370	848191201	isabel.cavo75@gmail.com

NOME	FUNCAO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Rodrigues Artur Ussene	Secretario (a) Provincial	Niassa	826949800		urodriguesartur@yahoo.com
Horacio de Sousa Zacarias	Delegado Provincial	Niassa	826667720	844493145	hzacarias1@hotmail.com
Felismina Manuel Junior	Oficial de Informacao	Niassa		849159717	erytonnina@gmail.com
Nelson H.Ludovico Jossamo	Chefe do Departamento Tecnico	Niassa	828598252	850312919	nelsonludovico@yahoo.com.br

NOME	FUNÇÃO	LOCAL	CONTACTO		E-MAIL
			MCEL	VODA	
Antonio Domingos Mapure	Secretário (a) Provincial	Cabo Delgado	823891500		antoniomapure@yahoo.com.br
Elizete sa Silva Manuel	Delegada Provincial	INGC-Cabo Delgado	824468200	844021834	elizetemanuel@gmail.com
Alson Macie	Oficial de Informação	INGC-Cabo Delgado	826065072	846696990	maciaalson@gmail.com
Jose Tavares Alfredo	Oficial de Informação	INGC-Cabo Delgado	822581330	842143353	pitejose@gmail.com
Ahamada Sumail	Chefe do Departamento Técnico	INGC-Cabo Delgado	823100462	842603645	sumailahamada@yahoo.com

Glossário

Ameaça – um fenómeno, substância, actividade humana perigosa ou condição que pode causar perda de vida, ferimentos ou outros impactos na saúde, danos materiais, perda de meios de subsistência e serviços, ruptura social e económica ou danos ambientais.

Assistência Humanitária – ajuda prestada às populações afectadas pelas calamidades.

Calamidade - Sinistro causado por um fenómeno natural, tecnológico, biológico, geológico ou derivado da acção humana, em proporções susceptíveis de criar risco de vida, danos humanos e materiais, bem como a ruptura de infraestruturas económicas e sociais de uma comunidade.

Emergência - Estado resultante da ocorrência súbita de uma calamidade que afecta pessoas e bens e exige medidas urgentes e excepcionais para restabelecer a normalidade.

Exposição- pessoas, bens, sistemas ou outros elementos presentes em zonas de risco, que estão sujeitas a perdas potenciais.

Prevenção - Actividades e medidas para evitar riscos de desastres existentes e novos.

Mitigação – Redução ou minimização dos impactos adversos de um evento perigoso.

Capacidade de Contenção – capacidade das pessoas, organizações e sistemas, usando as habilidades e recursos disponíveis, para enfrentar e gerir as condições adversas, emergências ou desastres.

Prontidão - Conhecimento e capacidades desenvolvidas pelos Governos, Organizações Humanitárias, Comunidades e Indivíduos para efectivamente antecipar, responder e se recuperar dos impactos de catástrofes prováveis, iminentes e actuais. **Recuperação**- restauração e melhoria onde for apropriado, de instalações, meios de subsistência e as condições de vida das comunidades afectadas por desastres, incluindo esforços para reduzir os factores de risco de desastres.

Resiliência - Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, acomodar, se adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo em tempo útil e de maneira eficiente, inclusive através da preservação e restauração de sua estruturas básicas essenciais e funções com base na gestão dos riscos.

Risco de Desastre - Potencial perda de vidas, lesões ou activos destruídos ou danificados que podem ocorrer a um sistema, sociedade ou comunidade em um determinado período de tempo, calculado de forma probabilística em função do perigo, exposição, vulnerabilidade e capacidade.

Vulnerabilidade – Condições determinadas por factores ou processos físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de um indivíduo, uma comunidade, activos ou sistemas aos impactos de perigos.

Acrónimos

ANPS - Avaliação de Necessidade Pós-calamidades

ANE – Administração Nacional de Estradas

ARA – Administrações Regionais de Águas

CCGC - Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades

CVM - Cruz Vermelha de Moçambique

CLGRC - Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades

CTPGC - Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades

CTGC - Conselho Técnico de Gestão de Calamidades

CENOE - Centro Nacional Operativo de Emergência

COEs – Centros Operativos de Emergência

CA - Centro de Acomodação

CEGC - Comitês Escolares de Gestão de Calamidades

DPEC – Direcção Provincial de Educação e Cultura

DAG - Desnutrição Aguda Grave

DAM - Desnutrição Aguda Moderada

DNGRH - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

DNSA – Direcção Nacional dos Serviços Agrários

DPGCAS - Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social

DRN - Direcção Regional Norte

DRC – Direcção Regional Centro

DRS – Direcção Regional Sul

ENSO - El Niño Oscilação Sul

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

FORCOM - Fórum das Rádios Comunitárias

GABINFO - Gabinete de Informação

GACOR - Gabinete de Coordenação do Reassentamento

GRC - Gestão do Risco de Calamidades
HCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa
HCT - Equipa Humanitária Nacional
HCTWG – Grupo de Trabalho da Equipa Humanitária Nacional
INAM – Instituto Nacional de Meteorologia
ICS - Instituto de Comunicação Social
INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
JFM – Janeiro-Fevereiro-Março
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MTC – Ministério dos Transporte e Comunicações
MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MITADER – Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
MASA - Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MISAU – Ministério da Saúde
MINEDH- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
MINT - Ministério do Interior
MDN - Ministério da Defesa Nacional
MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social
OFDA – Gabinete para Assistência de Desastres no Exterior dos EUA
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OND – Outubro-Novembro-Dezembro
OMS – Organização Mundial da Saúde
PRM – Polícia da República de Moçambique
PQG - Programa Quinquenal do Governo
PC - Plano de Contingência
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMA – Programa Mundial de Alimentação
SARCOF - Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática
SAC - Sistema de Aviso de Cheias
SSTs - Temperaturas da Superfície do Mar (*sigla em inglesa*)
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar

SDSMAS -Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção

Social SMS - Serviço de Mensagens Curtas

UNAPROC - Unidade Nacional de Protecção Civil

UNHABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos

Humanos UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VBG - Violência Baseada no Género

ZCIT - Zona de Convergência

Intertropical

Preço — 350,00 MT